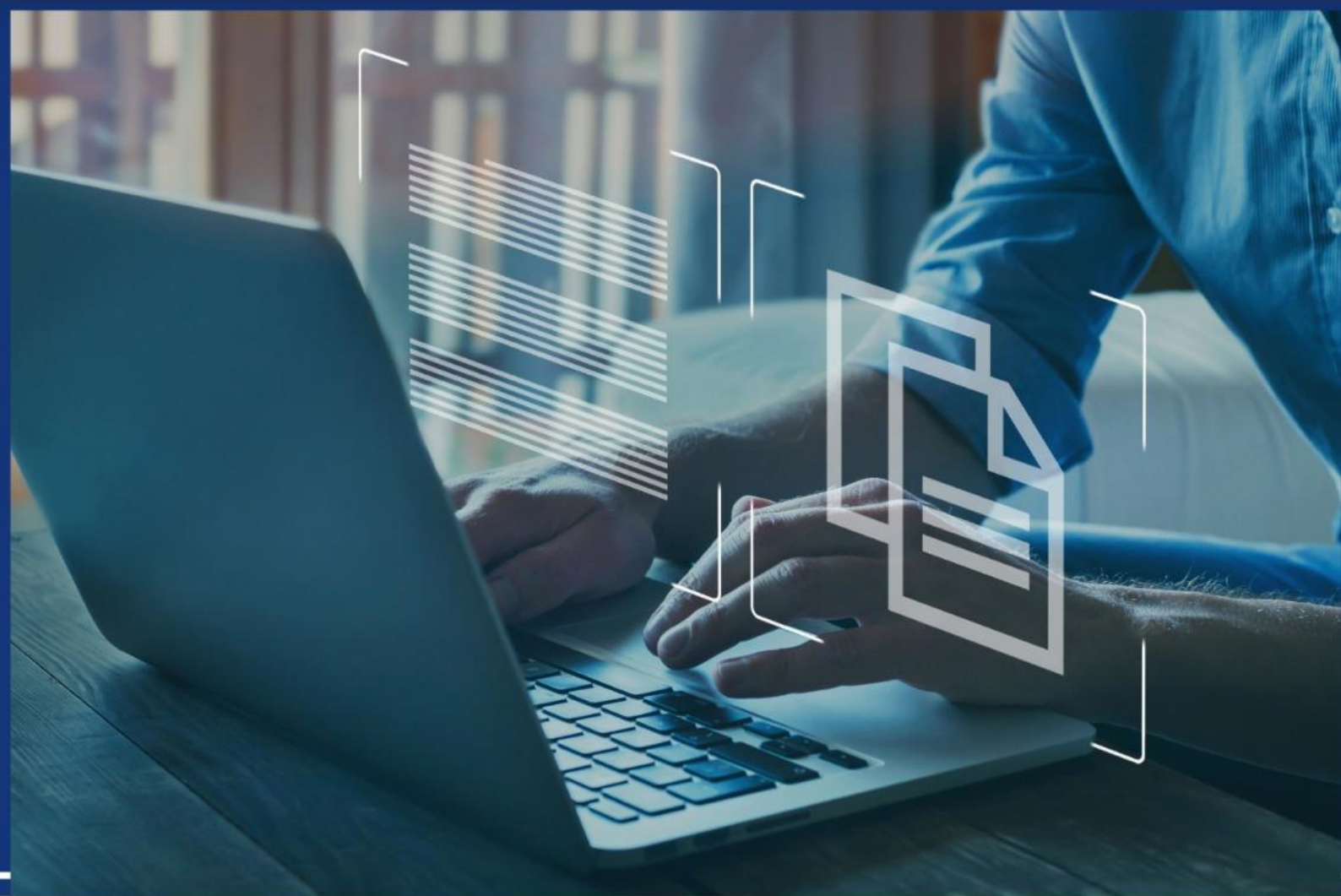


VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: ABORDAGENS ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA



PAULO SANTIAGO DE SOUSA

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: ABORDAGENS ACERCA DO
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

PAULO SANTIAGO DE SOUSA

Belém-PA
Home Editora
2023

© 2023 Edição brasileira
by Home Editora
© 2023 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
9198473-5110
Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Revisão e diagramação

Autor

Capa

Canva.com

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Produtor editorial

Laiane Borges

**Catálogo na publicação
Home Editora**



V299

Variação linguística: abordagens acerca do ensino de língua portuguesa / Paulo Santiago de Sousa. – Belém: Home, 2023.

Livro em PDF

70 p., il.

ISBN: 978-65-84897-83-0

DOI: 10.46898/home.88e4f50d-b436-492b-b50e-976e2a5380e0

1. Variação linguística. I. Sousa, Paulo Santiago de. II. Título.

CDD 410

Índice para catálogo sistemático

I. Linguística.



Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof^a. Ma. Rayssa Feitoza Felix dos Santos-UFPE

Prof. Me. Otávio Augusto de Moraes-UEMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof^a. Ma. Luzia Almeida Couto-IFMT

Prof. Me. Luiz Francisco de Paula Ipolito-IFMT

Prof. Me. Fernando Vieira da Cruz-Unicamp

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof^a. Dra. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof^a. Ma. Adriana Barni Truccolo-UERGS

Prof. Me. Alisson Junior dos Santos-UEMG

Prof. Me. Raphael Almeida Silva Soares-UNIVERSO-SG

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Tiago Silvio Dedonê-Faccrei

Prof. Dr. José Morais Souto Filho-FIS

Prof. Me. Fernando Francisco Pereira-UEM

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof. Me. Antonio Santana Sobrinho-IFCE

Prof^a. Dra. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof^a. Dra. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Me. Darlan Tavares dos Santos-UFRJ

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof^a. Dra. Elane da Silva Barbosa-UERN

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 LÍNGUA, SOCIEDADE E CULTURA	07
1.1 A RELAÇÃO LÍNGUA – CULTURA	08
1.2 A RELAÇÃO LÍNGUA – SOCIEDADE	11
1.3 A SOCIOLINGUÍSTICA	14
1.4 A LÍNGUA E SUAS VARIEDADES	16
1.5 O CONCEITO DE NORMA	22
1.5.1 Norma culta	25
1.5.2 Norma padrão	28
1.5.3 A língua-padrão	30
2 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA	32
2.1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, A GRAMÁTICA TRADICIONAL E A ESCOLA	35
2.2 O ENSINO DA LÍNGUA CULTA X ENSINO DA VARIEDADE LINGUÍSTICA	40
2.3 O TRABALHO COM A VARIAÇÃO NA SALA DE AULA	42
2.4 O MANUAL DIDÁTICO E A VARIAÇÃO	44
3 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS DOCENTES	50
3.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA	50
3.2 QUANTO AOS RECURSOS USADOS PARA ABORDAR O TEMA	42
3.3 REAÇÃO DO PROFESSOR E DOS ALUNOS FRENTE AO TEMA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	54
3.4 O LIVRO DIDÁTICO E O PROFESSOR: USO E POLÊMICA	55
3.5 QUANTO AO USO DO LIVRO DIDÁTICO “PARA UMA VIDA MELHOR”	58
3.6 O ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA E NO AMBIENTE ESCOLAR	59
3.7 O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA CONTEMPORANEIDADE	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
Apêndice	69

INTRODUÇÃO

É do conhecimento geral que, apesar de todos os esforços de linguistas, professores de Língua Portuguesa, pedagogos, etc., ainda não se chegou a um consenso e a uma prática eficaz no ensino aprendizagem da língua materna. E a questão não é simples, uma vez que há uma série de questões internas e externas à própria língua que corroboram para que o seu estudo seja um árduo caminho para quem queira trilhar.

Sendo a língua uma ferramenta primordial de interação verbal entre os homens, é inevitável que sofra influência de fatores do meio (como o tempo, o espaço, a estratificação social) a qual está inserida, assim como exerce influência também sobre determinada sociedade, daí o seu caráter inevitavelmente heterogêneo, pois qualquer língua viva falada no mundo está sujeita a transformações, a mudanças e a variações. Dessa forma, não existe uma língua homogênea usada por uma comunidade humana em nenhuma parte do mundo, isto é um fato, o que, porém é motivo de discordância, de fervorosos debates é como cada pessoa analisa este fato (BAGNO, 2007).

São exatamente essas diferenças que a língua apresenta em sua natureza, que chamamos variação linguística, e que às vezes dão margem a diversos tipos de análise, muitas vezes equivocadas e sem embasamento científico. Até mesmo muitos estudiosos da área defendem uma opinião deturpada do fenômeno linguístico, não aceitam a diversidade e ainda propagam a ideia de que há apenas uma “forma correta” de se falar o idioma, o que desencadeia um desmedido preconceito contra todas as pessoas que falam diferente dessa então “forma correta”. Todas essas questões acabam refletindo no ensino da língua materna, principalmente na escola, instituição oficial de ensino, que desde o seu início sempre serviu e ainda serve a interesses de uma classe que luta para que este ensino não seja democrático, negando assim à maioria da população o acesso a uma educação plena, que o

liberte de suas condições sociais e que por meio da mesma sejam capazes de lutar por seus direitos, tornarem-se falantes competentes da língua e saberem utilizá-la nas mais diversas situações de acordo com suas necessidades específicas, haja vista que:

O objetivo mais geral do ensino de português para todas as séries da escola é mostrar como funciona a linguagem humana e, de modo particular, o português; quais os usos que tem, e como os alunos devem fazer para estenderem ao máximo esses usos nas suas modalidades escrita e oral, em diferentes situações de uso (CAGLIARI, 1989, p. 28).

Por isso, ao colocarmos em prática este trabalho intitulado “*Variação Linguística: abordagens acerca do ensino de Língua materna*”, objetivamos fazer uma análise sobre as questões que envolvem o ensino de língua materna, bem como mostrar de que maneira a variação é abordada nas práticas docentes. Para tanto, optamos por uma investigação¹ que contou com a colaboração de dez educadores pertencentes aos municípios de Bragança, Tracuateua e Augusto Corrêa. Todos os participantes prestam serviço ao ensino público, sendo que uns trabalham na esfera estadual, outros na esfera municipal. No intuito de chegar a tal objetivo foi necessário que se fizesse um levantamento das discussões e polêmicas que envolvem o ensino de língua variação linguística em nosso país, para que, dessa forma, pudéssemos ter uma visão geral do tema em questão, que se encontra disposto nos respectivos capítulos.

No primeiro capítulo fazemos discussões referentes à *Língua, sociedade e cultura*, no qual abordamos o conceito de língua, bem como a sua relação com a sociedade e com a cultura. Cabe considerar que, após inúmeras discordâncias, hoje é válido afirmar que elas estão intimamente ligadas. Também enfatizamos *A Sociolinguística*, seu escopo, surgimento e contribuição para o avanço dos estudos linguísticos. No mesmo capítulo discorremos sobre *o conceito de norma*, o espaço que ocupa no funcionamento da língua, as divergências que

¹ Aplicação de um questionário sociolinguístico.

estão atreladas ao seu estudo e as variedades por ela desencadeadas: a *norma culta*, a *norma padrão* e a *língua-padrão*. O segundo capítulo é dedicado ao estudo da variação linguística e suas implicações para o ensino de língua materna. Ressaltamos que, apesar de ainda não ocupar o espaço desejado, grande parcela dos livros didáticos e das escolas começam a inserir em suas abordagens a diversidade linguística, mas que apesar desse avanço o ensino de Língua Portuguesa ainda se pauta principalmente nos moldes da gramática tradicional.

No terceiro capítulo analisamos as práticas docentes nas aulas de língua materna e o espaço reservado às discussões sobre variação linguística, tendo como referência as respostas dos professores que participaram de nossa pesquisa e de estudos de alguns linguistas que desenvolvem trabalhos, visando tornar as práticas de linguagens mais condizentes com a realidade sociolinguística dos falantes da língua portuguesa.

1. LÍNGUA, SOCIEDADE E CULTURA

Estabelecer a comunicação entre as pessoas é a finalidade essencial da língua. O fenômeno social da interação verbal é o espaço próprio da realidade da linguística, pois é nele que se dá às enunciações enquanto trabalho dos sujeitos envolvidos nos processos de comunicação social.

A língua é um sistema complexo pertencente a um determinado grupo de indivíduos, é a manifestação concreta da faculdade humana de simbolizar, pelo exercício da linguagem, pela utilização da língua, é que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens. Assim, cada falante utiliza o seu idioma e o modifica mediante situações comunicativas interacionais.

Dessa forma, transformações na sociedade implicam mudanças na língua, dado o fato de a língua incorporar valores sociais, os quais interferem nos aspectos linguísticos, pois a sociedade não é imutável, está sempre em processo de “desconstrução e reconstrução” (BAGNO, 2007, p.36).

1.1 A RELAÇÃO LÍNGUA – CULTURA

Esta relação nos últimos anos tem sido um dos temas mais debatidos entre estudiosos da Antropolinguística e constitui-se como o objeto de estudo da Etnografia, cujo objetivo é esclarecer a partir de fatos concretos que influencia uma tem em relação à outra, pois é notável que haja entre as mesmas algo que as interligam, uma vez que a linguagem existe a serviço da comunicação e possui função de mediação nas práticas sociais, que são determinadas por fatores históricos, econômicos e culturais.

Para Ellia (1987), ao estudarmos a relação entre língua e cultura, é necessário primeiro distinguir este último de natureza. Natureza diz respeito a tudo que foi dado ao homem pelo criador e por cultura de acordo com os antropólogos tudo que é obra do ser humano acrescentado à natureza, que por ele é transformado ou aproveitado, assim como o modo de viver de um determinado povo em sua comunidade. Essa cultura manifesta-se nas artes, no sistema social, nos hábitos e costumes, na religião e na língua falada pela referida comunidade.

Calvet (2002, p.12) afirma que “As línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes”. Em outras palavras, temos na língua uma poderosa máquina indicadora de princípios sociais, além de ser a identidade cultural de uma pessoa, visto que seu modo de falar é identificado pela maneira de viver do grupo e do lugar onde mora, sendo assim, a mesma língua falada pelo povo que vive em uma comunidade torna-se uma unidade

de cultura, porque falar a mesma língua significa pensar e sentir e experimentar emoções diferentemente do povo que fala outra língua.

Estudiosos como Whorf (1967, apud ELLIA, 1987, p. 24) a partir de suas pesquisas etnolinguísticas deram à linguagem uma nova concepção segundo a qual as línguas não refletem o mundo na sua objetividade natural, mas o interpreta consoante a visão interior de cada cultura, ou seja, as gramáticas da língua de uma nação mantêm relação com a cultura da referida nação. Essa concepção ficou conhecida como “relativismo linguístico”.

No dizer de Coseriu (1977, apud ELLIA, 1987, p. 42) é por meio dos estudos das relações entre o modelo estrutural de uma língua e a realidade cultural a ele subjacente que se pode perceber o quanto a língua recebe influências culturais, já que a mediação entre os homens se faz por intermédio da palavra e a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los se dá por intermédio da linguagem.

Ainda segundo Coseriu a língua não deve ser tomada somente como uma rede de puras relações, de um tecido meramente estruturado, mas como um tipo de expressão e realização de uma mentalidade coletiva, no qual se acham configurados fatores de várias naturezas (religiosos, morais, políticos, econômicos, humanos, entre outros).

Muito contribuíram nos últimos tempos para as pesquisas entre língua e cultura foram os estudos de Halliday (1979, apud ELLIA, 1987), pois ele vê a linguagem como uma semiótica social, o que o leva a distinguir a língua enquanto sistema e a língua enquanto instituição:

Os fatos relevantes acerca da língua enquanto sistema são a que ela é estratificada (apresenta uma semântica, uma lexicogramática e uma fonologia). O fato relevante acerca da língua como instituição é que é variável; há duas espécies de variação: dialeto-variação de acordo com o usuário e registro-variação de acordo com o uso (p. 45-46).

A língua como instituição também varia em função do patrimônio cultural acumulado por uma nação, assim é que linguista como Morris (1971) fala que línguas naturais como o inglês, o francês, o alemão, etc., são as línguas mais ricas e têm sido chamadas línguas universais, uma vez que nelas tudo pode ser representado.

É válido ressaltar a concepção da famosa “hipótese Sapir- Whorf” quando se trata da relação entre língua e cultura. Sapir, discípulo de Franz Boas, iniciou a corrente da Linguística Antropológica nos Estados Unidos e para ele “não há conexão entre tipos particulares de morfologia linguística e certos estágios de desenvolvimento cultural, somente no que tange ao léxico, aceita o inter-relacionamento entre língua e cultura” (SAPIR, 1921, p.234 apud ELLIA, 1987, p.51).

Assim, segundo Sapir (1967, 212 apud ELLIA, p. 53), a única relação que há entre língua e cultura é no campo lexical, não identificando ligações nos níveis fonológicos e morfológicos, já Whorf, discípulo de Sapir, o qual lhe serviu de base para fundamentar seus estudos, ampliou essa posição, levando-o ao domínio gramatical, nas palavras do mesmo “o sistema linguístico, a gramática, de cada língua não é mero instrumento destinado a reproduzir ideias verbalizadas, mas ante é ele um próprio modelador de ideias, guia para a atividade mental do indivíduo (...)”.

Portanto, para uma posição sobre a relação língua/cultura recorreremos ao pensamento de Ellia (1987) sobre a questão, o fato é que a inter-relação entre as mesmas é inegável, o problema é o consenso entre os estudiosos em especificar o modo pelo qual se realiza. Conforme o autor, as línguas são fatos de cultura, isto é, criações do homem e, embora as línguas alteram-se mais lentamente, são mais conservadoras do que as culturas. É notável que diferenças de linguagem podem conduzir a diferenças na percepção do mundo e vice-versa.

1.2 A RELAÇÃO LÍNGUA – SOCIEDADE

De acordo com Ellia (1987) embora a discussão a respeito das relações entre língua e sociedade seja a preocupação da sociolinguística, a mesma, despertou a atenção dos linguistas, ditos tradicionais, antes mesmo do próprio surgimento do termo sociolinguística que aparece a partir de 1953 num trabalho de Haver C. Currie, porém as pesquisas realizadas não conseguiram desenvolver uma técnica que pudesse sistematizar tais estudos.

No entanto, desde o princípio é inegável a existência de tal relação, uma vez que a sociedade é a base de referência do ser humano na terra, tendo em vista que “A história da humanidade é a história de seres humanos organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua” (ALCKMIN, 2007, p.21). E a própria língua como sistema acompanha de forma aproximada a evolução da sociedade e reflete de certo modo os padrões de comportamento, que variam em função do tempo e do espaço.

Para tanto, faz-se necessário destacar os estudos empreendidos por Meillet e Saussure desde princípios do século passado. Esses linguistas chegaram a configurar a língua como um fato social, enquadrado a rigor na definição do sociólogo Émile Durkheim. Para Saussure (1931, p.25) a língua é uma instituição social, é exterior ao indivíduo e se concretiza na consciência coletiva do grupo social, é o seu uso nas diversas relações sociais que a faz um fato real. É ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 1931, p.25 apud ELLIA, 1987, p. 17).

Acrescenta-se o fato de que toda mudança na estrutura social implicaria conseqüentemente mudanças nas condições em que se desenvolve a linguagem, ou seja, as mudanças linguísticas eram determinadas pela estrutura social: “Há um elemento cujas

circunstâncias provocam perpétuas variações na língua, ora súbitas, ora lentas, mas nunca inteiramente interrompidas: é a estrutura da sociedade” (MEILLET, 1926 apud ELLIA, 1987, p. 18). Tais características que a língua de uma determinada comunidade apresenta são influenciadas por certas atitudes sociais, e pela organização da sociedade, isso evidencia que os valores eminentemente sociais provocam sobre a língua marcas visíveis de variações. Tais variações são reguladas pelos próprios falantes, pois são eles que na vivência social a modificam.

Porém, só nos últimos 30 anos, com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, as relações entre a língua e a sociedade passaram a ser observadas com maior precisão, o que confirmou que as línguas são vulneráveis a mudanças que decorrem de fatores sociais e que dentro das sociedades há linguagens específicas como as utilizadas pelos diversos grupos, as chamadas gírias, as variedades linguísticas provenientes de diversos fatores. E tudo isso convergiu para que a língua fosse julgada de acordo com o valor social de seus usuários.

Partindo desse panorama é que surgiu um fenômeno conhecido como preconceito linguístico, enraizado nas sociedades, no qual se evidencia a não aceitação da diferença linguística, um comportamento social facilmente observável, que ocorre com a rejeição a certas variedades, concretizada na desqualificação de pronúncias, de construções gramaticais e de usos vocabulares usados por muitos falantes, e que faz dos mesmos alvos de preconceitos, chacotas, apelidos que os ferem dignamente. Dessa forma a (des)valorização linguística está vinculada à (des)valorização social, ou seja, tem-se na hierarquia de valores socioeconômicos uma nítida apreciação sociolinguística.

Para Bagno (2007) as influências sociais decorrentes da hierarquia social são determinantes no que se refere ao estigma linguístico e uma variedade de fala pode funcionar como indicador de classe socioeconômica cultural, pois, cada variante linguística recebe,

no jogo das relações sociais, avaliações diferentes. Essas avaliações se distribuem ao longo de uma linha contínua, que vai do mais prestigiado, com amplo espectro de gradação entre esses dois extremos (p.76).

Ainda segundo Bagno (2007) julgamos não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social. As avaliações sociais feitas em relação a uma língua se baseiam em critérios não-linguísticos: são julgamentos de natureza política e social. Não é casual, portanto, que se julgue “feia” a variedade dos falantes da zona rural, de classe social baixa, com pouca escolaridade, de regiões culturalmente desvalorizadas.

Meillet (1926), aluno de Saussure, orienta-nos que a história das línguas é inseparável da história da sociedade, pois ela é o produto do curso dessa história por séculos e séculos, criada por todas as classes da sociedade por centenas de gerações. É um bem que pertence à sociedade e se realiza pela coletividade dos seus membros e não sofre consequência direta determinada por uma classe social específica. Embora possa ser influenciada pela mesma, quer dizer, as línguas possuem uma base comum, diversificam-se segundo as condições vivenciais de cada povo, e é a isso que chamamos o fator cultural: social-étnico, educacional.

Uma vez que a língua não é apenas expressão da subjetividade, mas a maneira pela qual a sociedade se expressa para construir e desenvolver o mundo resta-nos entender que a relação entre língua e sociedade nasce, exatamente, na convivência do cotidiano coletivo. Um indivíduo ao nascer é inserido num contexto específico pré-estabelecido e, à medida que cresce, começa a participar de um processo social que o transforma num falante de uma determinada variedade da língua e isso se dá sob influência do meio social em que habita.

1.3 A SOCIOLINGUÍSTICA

A sociolinguística é a ciência que tem como objeto de estudo as correlações entre a estrutura linguística e o fator social (BAGNO, p. 43), é a área da linguística que estuda as relações entre linguagem e sociedade, uma vez que os seres humanos vivem organizados em sociedades e são detentores de um sistema de comunicação oral, uma língua. Mas foi com o surgimento do termo sociolinguística, a partir de 1953, como mencionado antes, que os estudos sobre as relações entre língua e sociedade ganharam destaque no cenário internacional, muito embora tenham ocorrido sérias divergências de opiniões entre os estudiosos da sociolinguística.

O ano de 1964 é o marco da eclosão da sociolinguística nos Estados Unidos com o primordial incentivo e colaboração de W. Bright. Os registros de Calvet (2002 p. 28-29) nos informam que:

(...) 25 pesquisadores se reuniram em Los Angeles para uma conferência sobre a **sociolinguística**. 8 eram da UCLA, a universidade que organizou a conferência, 15 outros eram americanos e só 2 dois participantes vinham de outro país (Iugoslávia), mas estavam temporariamente na UCLA (Grifo nosso).

Na concepção de Bright (1966 apud CALVET, 2002, p. 29), o escopo da sociolinguística seria mostrar a sistemática covariação da linguística e da estrutura social, e, talvez até mostrar uma relação causal numa ou noutra direção. Três são os fatores que condicionam a variação na língua: o emissor, o receptor e o contexto e, por isso, dever-se-iam apresentar relevância nos estudos dos grupos de pesquisadores da linguagem formados após a realização do congresso. Preti (1977) ao enfatizar a relevância e objeto de estudo da sociolinguística menciona a opinião de Bright como um norteamento para as pesquisas

empreendidas pelos estudiosos sociolinguísticos.²

William Bright, um dos mais importantes especialistas norte-americanos, a sociolinguística abordaria problemas que vão além das simples relações entre língua e sociedade, objeto de estudo da sociologia da linguagem, porque sua finalidade seria a comparação da estrutura linguística com a estrutura social (PRETI, 1977, p. 6).

A concepção acima defendida corrobora para que se comece a cultivar entre os linguistas o entendimento de que a língua é variável e instável e a diversidade linguística é um fator incontestável. Labov (1966)³, precursor da sociolinguística variacionista, advoga que a variação existe em todas as línguas naturais humanas, é intrínseca ao sistema linguístico e, por isso, ‘infreável’.

É importante ressaltar, conforme Elia (1987) o debate que se acendeu no campo da sociolinguística, verificado no confronto de posições de Bernstein e William Labov a respeito da maneira de interpretar as oposições dos níveis socioletais numa determinada comunidade linguística. Enquanto o primeiro sustenta a teoria ou hipótese do “Déficit”, o segundo opta pela a das “Regras variáveis.”.

Bernstein (1975, apud ELIA, 1987) observou diferenças linguísticas decorrentes de fatores de ordem social, *a priori* falava em classe média ou superior e classe baixa ou inferior, mais tarde resolveu adotar os termos código restrito e código elaborado, este se caracterizava por apresentar sintaxe regular e procedimentos gramaticais adequados, já aquele possuía frases gramaticalmente “pobres”, mal construídas, poucas e repetidas conjunções, tais diferenças linguísticas provocaram implicações psicológicas prejudiciais quanto à conceituação de conhecimentos.

² Havia profundas discussões sobre qual seria realmente o campo de atuação da sociolinguística e da sociologia da linguagem.

³ Professor de Linguística da Universidade da Pensilvânia, considerado pelos pesquisadores da linguagem como precursor da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Para ele, o objeto de estudo da sociolinguística é a língua, o instrumento que as pessoas usam para se comunicar com outros na vida cotidiana.

Em outras palavras, para o autor os alunos provenientes das classes menos favorecidas chegarão à escola apresentando uma deficiente formação cognitiva, fruto do ambiente familiar e com certeza teriam um rendimento bem menor. Para superar este “déficit” é que Bernstein propõe um programa educacional supletivo que restitua ao aluno intelectualmente deficitário o suporte de conhecimentos linguísticos que o habilitem a emparelhar com os colegas da classe média.

Labov (1966, apud ELLIA, 1983), por sua vez, verificou que variações linguísticas ocorriam em função de influências de fatores de ordem social, e por isso, conclui: “É impossível compreender a progressão de uma mudança na língua fora da vida social da comunidade onde ela se produz.” Após suas pesquisas não concorda com a teoria de Bernstein (a do déficit linguístico que levaria a um déficit mental). Isto é, não concorda com a posição dos que julgam que um vocabulário “pobre” e uma gramática “pobre” levem a uma situação de inferioridade intelectual, o que justificaria uma educação compensatória para eliminar esse déficit. (TARALLO, 1994, p.7). Portanto, é possível concluir que aos estudos sociolinguísticos de Labov são atribuídos valores sociais a todas as variantes e, assim, a heterogeneidade é aceitável e coerente enquanto fruto da diversidade social; nesse sentido, em uma língua há, na verdade, muitas línguas.

1.4 A LÍNGUA E SUAS VARIEDADES

A diversidade linguística é um fator incontestável e a tendência à variação é um fenômeno universal. Segundo Labov (1983), a variação existe em todas as línguas naturais humanas, é inerente ao sistema linguístico, ocorre na fala de uma comunidade e, inclusive, na fala de uma mesma pessoa. Isto significa que a variação sempre existiu e sempre existirá independente de qualquer atuação normativa.

É possível comprovar este fenômeno tendo como parâmetro os estudos no âmbito sociolinguístico realizados em comunidades de fala, nas quais se constata imediatamente a existência de diferentes modos de falar – variedades linguísticas – que formam o seu repertório verbal. E isso ocorre porque a língua mantém uma relação imediata com as transformações ocorridas na sociedade; elas estão indissolúvelmente entrelaçadas, são interdependentes, uma influencia a outra, uma dá suporte à outra. Por esse motivo é que nenhuma língua se apresenta como entidade homogênea, todas são representadas por um conjunto de variedades, sendo assim, impossível separar língua de variação; elas formam um todo indissociável, corroborando para a não-existência de uma língua pura, igual, uniforme, sem variedades.

Impossível é conceber as diferenças sociolinguísticas sem relacioná-las com a vivência dos falantes, pois “a variação linguística é resultado de pressões sociais exercidas sobre um determinado povo” (LABOV, 1966, p.45-47). E culmina, conseqüentemente, em sua construção identitária. No entendimento de Calvet (2002), a variação linguística é a identidade de uma comunidade/região pela qual é formada sua “etiqueta linguística”, que é exatamente o registro da diversidade da linguagem de um povo.

A concepção de que a língua é variável, multifacetada e instável é uma realidade entre os estudiosos da área. Aceitar, entender e conviver com a heterogeneidade linguística é que tem causado transtornos a muitos falantes, principalmente aos provenientes de classes abastadas que veem a língua como um patrimônio seu, abstando-a das possibilidades variacionistas. Quando se apreende a língua como fator prioritariamente de unificação linguística, diminui-se sobremaneira, a importância dada ao fenômeno da diversidade em todos os âmbitos da sociedade, principalmente na escola.

São muitos os eixos que orientam a variação linguística. As diferenças, sabemos, são de várias ordens. Para Bagno (2007, p. 46) as variações sociolinguísticas podem ser assim classificadas: variação

diatópica ou geográfica⁴, variação diastrática ou social⁵, variação diamésica⁶, variação diafásica ou estilística⁷, variação diacrônica ou histórica⁸. E essas variações são motivadas por fatores extralinguísticos de ordem geográfica, status econômico, grau de escolarização, idade, sexo, tempo, mercado de trabalho, redes sociais, etc. A influência dos referidos fatores provoca a diversidade nos níveis linguísticos fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexicais e estilístico-pragmáticos.

Para Camacho (1988), Bagno (2007, p.49), existem múltiplos fatores originando as variedades linguísticas, as quais recebem diferentes denominações:

Dialetos: é a designação de variedades faladas por comunidades linguísticas demarcadas geograficamente. **Socioletos:** indica as variedades faladas por comunidades marcadas socialmente. É o modo linguístico estandardizado que se presta a atender a comunicação pública e a educação. **Idioleto:** é um modo linguístico que caracteriza o falar de um indivíduo, isto é, o léxico especializado e/ou a gramática de certas atividades ou profissões. **Etnoleto:** designa o tipo de variedade de uma linguagem adotado por um grupo étnico. **Ecoleto:** um idioleto adotado por pessoas de uma casa. **Cronoleto:** indica o tipo de variedade adotado por pessoas de uma faixa etária particular, de uma geração.

Por isso dizemos que um idioma como português não é senão uma cômoda etiqueta com que se designa um conjunto de variedades que se distribuem segundo as classes sociais, as situações de comunicação e segundo a região geográfica. E se nos colocarmos na perspectiva histórica, ainda temos que admitir que com "Língua portuguesa" ficam abrigadas todas as variedades utilizadas ao longo desses séculos de uma mesma tradição linguística.

⁴ Variações que ocorrem de uma região para outra.

⁵ Variações decorrentes de um grupo social para outro.

⁶ Variações que se verificam ao se comparar a língua escrita e a falada.

⁷ Variações que ocorrem de uma situação de comunicação para outra.

⁸ Variações decorrentes de uma época para outra.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar que a língua é viva, haja vista que quem faz uso dela são os sujeitos em constante processo de transformação e que, assim como há diferenciação de classes e diversidade cultural na sociedade, também há a diversidade linguística, já que as diferenças culturais, sociais, regionais e tantas outras refletem na língua, instalando-se uma multiplicidade de linguagem.

Não precisamos de muitos esforços para comprovar o fato de que a língua é um conjunto heterogêneo de variedades. Para isso, basta observarmos a nossa própria maneira de falar, ou seja, a forma como variamos a nossa escolha vocabular, as estruturas morfossintáticas e a maneira de pronunciarmos determinadas palavras em função de uma determinada situação. Com certeza, todos poderão perceber que a forma que utilizamos para a nossa comunicação é de um jeito se estamos conversando com familiares ou pessoas mais íntimas, é de outro jeito se estamos falando com quem temos um relacionamento mais distante. E nesse sentido, essa fala será altamente influenciada pela situação que estamos vivendo e pelo nosso interlocutor, isto é, pela pessoa ou pessoas com quem estamos conversando. As características desse interlocutor são decisivas na medida em que alteramos a nossa forma de expressão de acordo com o grau de intimidade que temos com ele, com a formação ou escolaridade que ele tem, com a posição que ele exerce na organização social em que participamos. Conforme Camacho (1988, p. 29-30) “não é provável que um indivíduo iletrado se expresse de modo idêntico a outro com nível cultural mediano ou altamente cultivado”.

Quanto ao espaço, também é fácil perceber que a língua falada nas diferentes regiões não é a mesma. Variam, de região para região, a forma de pronunciarmos as palavras, o vocabulário e, inclusive, a forma que utilizamos para estruturar algumas orações.

É natural encontrar variações na forma como os homens e as mulheres falam, diferenças de linguagem de uma geração para outra, de um grupo profissional para outro. É comum, também, que as pessoas

que tiveram pouca ou nenhuma escolarização usem variedades do português diferentes daquelas usadas pelas pessoas que têm acesso regular ao sistema de ensino.

Comprovamos, ainda, que a língua varia no tempo. Para isso, é suficiente compararmos textos contemporâneos com textos de uma época anterior a qualquer. Quanto mais afastada for essa época, encontraremos um número maior de exemplos de mudanças. O que aconteceu? A língua portuguesa foi deturpando-se de uma geração para outra ou foi aperfeiçoando-se? Nem uma coisa nem outra. Por isso, é desaconselhável dizer que a língua evolui.

Utilizando esse termo, fica a impressão de que ela foi se corrigindo, ela foi melhorando com o decorrer do tempo e essa é uma conclusão falsa. A Língua Portuguesa utilizada nos séculos anteriores era ideal para as necessidades dos seus falantes. Da mesma forma, a língua portuguesa que utilizamos hoje preenche todos os requisitos de que precisamos. Cientificamente, portanto, a única afirmação que pode ser feita com relação a esse fato é que a língua muda, varia, diversifica-se.

Conforme Bortoni-Ricardo (2005, p.14) “O comportamento linguístico é um indicador claro da estratificação social”. E isso nos leva a concluir que as diferenças linguísticas refletem sobremaneira a má distribuição de renda porque passa a sociedade, tirando o direito de muitos a terem acesso às culturas prestigiadas, incluindo as de linguagem oral e escrita. E, mesmo com os estudos atuais acerca da mudança e da variação linguística, muitos usuários da língua percebem as variações como um elemento de desqualificação do sujeito no que se refere à sua maneira de se expressar. O mais grave é que esse preconceito toma proporções sérias quando, além de classificar essa fala como "errada", associa a forma de falar à capacidade intelectual do falante. Assim, acredita-se que as pessoas que falam "errado" são ignorantes, ou seja, desprovidas de capacidade de raciocínio, visto que, para estes as diferenças nos usos da língua são reflexos da falta de

capacidade de pensamento, raciocínio, etc.

O fato é que as “Variações existem não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas; existem, porque as línguas são fatos sociais, situados num tempo e num espaço concretos, com funções definidas” (ANTUNES 2007, p. 104). Concepção esta que leva a Linguística a verificar a inexistência de variedade de língua inferior ou superior. O uso de uma língua, mesmo dentro de sua variedade, é lógico, complexo e regido por regras gramaticais.

Conceber a língua, portanto, como um fator homogêneo é desprezar as possibilidades comunicativas dos falantes e ignorar a existência de uma sociedade diversa, pluralizada, heterogênea que pensa e age diferente e ao mesmo tempo é vítima de uma discriminação sociocultural sem precedentes, embasada em um padrão linguístico usual a uma minoria privilegiada. Com isso, os usuários das formas não-padronizadas inerentes às instabilidades da língua correm o risco de serem vítimas de preconceito e estigmatização linguística, o que interfere diretamente na possibilidade de mudança de estratificação social e, conseqüentemente, o acesso às variedades de prestígio.

A única diferença que se pode estabelecer entre essas diferentes formas de falar é uma diferença de prestígio social e, nesse ponto, vamos perceber que o prestígio de uma variedade está diretamente relacionado com o prestígio de seus falantes dentro da organização social. As classes sociais desfavorecidas economicamente não gozam de nenhum prestígio dentro da sociedade. Conseqüentemente, a variedade linguística usada pelas pessoas dessas classes não tem, também, prestígio algum. A diferença estabelecida é, portanto, apenas uma diferença de valoração social e isso dá margem, enfatizamos, a muitos preconceitos reforçando a separação social existente.

Muitos indivíduos contribuem para modificação e transformação da língua, daí entendê-la e aceitá-la como uma diversidade na uniformidade linguística torna-se necessário a fim de que o preconceito dê lugar ao respeito, além de despertar o interesse em observar as

peculiaridades linguísticas de cada tempo, de cada região, de cada grupo social, de cada falante, atentando sempre para o fato de que nenhuma forma de língua deixa de ser submetida ao processo da diversidade, isso porque ela não pode ser um bem de um só e sim um bem de todos. É uma atividade social e coletiva que se presta a atender às necessidades usuais de cada falante.

1.5 O CONCEITO DE NORMA

Toda língua se constitui por englobar diferentes variedades, das quais uma delas é elevada à posição de norma linguística por uma parcela da comunidade e, por isso mesmo, exerce influência e inferioriza as demais.

Vale ressaltar o nome do linguista romeno Eugênio Coseriu como o precursor do conceito de norma linguística. Foi Coseriu (1979, p.98) por achar insuficiente a dicotomia proposta por Saussure, que a sugeriu uma ampliação, resultando, portanto, em uma tricotomia: Fala, Norma e Língua. Assim sendo, a tríade coseriana vai do mais concreto ou real (fala, uso individual da norma, criação dos falantes)⁹ em direção ao abstrato (língua, sistema funcional), passando por um grau mediano: a norma (uso coletivo da língua). Diz-se que há efetivações já aprovadas pelo uso coletivo e que, deste modo, são habituais, naturais, cômodas em determinadas circunstâncias linguísticas, presumidas pelo sistema funcional¹⁰.

Em sua concepção mais básica, o conceito de norma linguística constitui-se como realização coletiva, tradição, repetição de modelos anteriores, estabelecendo códigos e subcódigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade. Apesar de a norma ser convenção e opção a

⁹ A fala é definida por Coseriu como o conjunto infinito de realizações das unidades constantes e invariáveis do sistema, estaria do lado oposto, ou seja, seria menos abstrata. O autor ainda define a fala como realização individual e concreta.

¹⁰ Coseriu (1979, p. 50) define sistema como o conjunto de possibilidades de uma língua, ou seja, toda forma de expressão que é utilizada por um indivíduo ou uma comunidade.

um grupo de falantes, preserva seus aspectos comuns e minimiza tudo o que pode se tornar inédito, individual e incomunicável.

Na definição de Coseriu (1978, p. 50) norma é algo arbitrário “realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente”, que está entre o abstrato do sistema e a concretude da fala, sendo apenas uma das possibilidades oferecidas pelo sistema e que implicaria a repetição de modelos anteriores. “Não corresponde ao que ‘se pode dizer’, mas ao que já ‘se disse’ e tradicionalmente se diz. Norma para Coseriu não seria a norma prescritiva das gramáticas¹¹, mas sim, o que é normal e regular ao uso dos falantes. São realizações estruturais da língua, aquilo que é utilizado com regularidade, frequência, hábito nas comunidades linguísticas¹².

Por isso, é à norma que nos atrelamos de forma imediata, conforme o grupo social de que fazemos parte e a região onde vivemos. Ela seria assim um primeiro grau de abstração da fala. Considerando-se a língua (o sistema) um contínuo de probabilidades abstratas, a norma seria então um conjunto de efetivações reais e de caráter grupal da língua.

A norma se impõe ao falante (no uso), limitando sua liberdade de expressão. Sendo assim, Coseriu (1978) vem afirmar que o indivíduo, em sua atividade linguística, pode conhecer ou não a norma e ter maior ou menor consciência do sistema. Sendo desconhecedor da norma, orienta-se pelo sistema, podendo estar ou não de acordo com a norma.

Antunes (2007, p. 86) ao discutir primariamente o conceito de norma sugere duas distinções: norma como regularidade e norma como prescrição linguística. Como regularidade, a norma é eleita e usada pelas comunidades e representa sua identidade, sua realidade sócio-cultural, seu padrão coletivo de comportamento linguístico, sem

¹¹ Entendemos que o uso da expressão “norma” como um pré-requisito para encontrar em todas as manifestações linguísticas, faladas e escritas, um ideal de língua, esse padrão preestabelecido torna-se lei e parece que todos têm obrigação de conhecer e respeitar.

¹² “Por esse prisma, o termo norma linguística implica o conceito de **normalidade** e não o de caráter certo ou errado” (ANTUNES, 2007, p. 86).

nenhum tipo de coerção. É uma preferência. É normal (BAGNO, 2007, p. 41).

Outra definição de norma pode ser encontrada em Faraco (2002). Em sua perspectiva o termo norma pode ser usado em mais de um contexto, tanto no sentido de regras e padrões quanto para designar o conjunto de variantes característico de um determinado grupo, como em “a norma dos jovens, das crianças”. Tomando esta definição, o linguista explicita:

Os grupos sociais se distinguem pelas formas de língua que lhes são de uso comum. Esse uso comum caracteriza o que se chama de a norma linguística de determinado grupo. (...) O senso de pertencimento inclui o uso da forma de falar característica das práticas e expectativas linguísticas do grupo. Nesse sentido, a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas.¹³

Quando a norma é concebida como prescrição¹⁴, modelos abstratos e não manifestação concreta enquadra os falantes no campo do certo e do errado, correto e incorreto, tornando-se regras impostas à comunidade sócio-linguístico-cultural e, por conseguinte, tem-se uma variante da língua como modelo, geralmente a usada pelas classes escolarizadas e ensinada nas escolas, uma vez que esta se torna preferencialmente o objeto de desejo, a norma privilegiada, defendida e almejada na sociedade letrada. Qualquer variedade que fuja ao modelo estabelecido pela norma imperante é qualificada como erro. É estigmatizada.¹⁵

Não pretendemos aqui proibir a existência e o ensino de uma

¹³ FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós**. In: Bagno, Marcos (orgs). *Linguística da norma*. São Paulo, Loyola, 2002.

¹⁴ Bagno (2003, p. 41) considera a norma enquanto prescrição um ato normativo, preceito, lei, juízo de valor, avaliado por ele de forma negativa, pois conseqüentemente oprime o falante.

¹⁵ O ambiente escolar é um espaço onde se verifica o uso das diferentes variedades linguísticas. E é justamente neste local que mais se estigmatizam as variedades não prestigiadas socialmente.

norma linguística padronizada, porém queremos contribuir para uma reflexão que objetive relacioná-la com outras variedades a fim de minimizar os conflitos sociais existentes em nosso país. Pois, sabemos que há variedades de língua que têm prestígio social elevado. Outras são até “proibidas”. Conhecê-las, entendê-las e respeitá-las é direito e dever dos cidadãos, pois se os falantes as utilizam é porque elas são eficientes nos atos comunicativos.

Porém, em uma sociedade que elege como padrão a cultura de uma classe privilegiada em suas condições sócio-histórico-culturais é esperado que esse padrão se perpetue e se imponha às demais, legando para as gerações futuras uma das maiores formas de dominação e imposição: a língua, sua norma linguística, a intitulada norma culta. Bagno (2003) enfatiza que a palavra norma geralmente vem acompanhada de um qualitativo que o especifica, e um dos adjetivos usados é o termo culta – norma culta – que, por sua vez, é reverenciada e ganha ampla circulação nos meios de comunicação social. Vejamos sucintamente o conceito e a abrangência da norma culta em nossa sociedade.

1.5.1 Norma culta

A norma culta, em uma definição imediata, é a norma de língua usada pelos falantes mais escolarizados da língua, aqueles que têm maior proximidade com a modalidade escrita e, portanto, possuem uma fala mais próxima das regras de tal modalidade. É a “ensinada” na escola, empregada nos textos oficiais, científicos e literários.

Todavia, o caráter pernóstico do adjetivo “culto” pode render pressupostos equivocados, como oposição a uma norma “inculta”, totalmente desprovida de cultura. A existência de tal presunção provoca comentários como “fulano não sabe falar português” ou “fulano é ignorante em português”, desconsiderando que mesmo entre os falantes mais escolarizados, a língua varia no eixo do estilo em relação aos

contextos e aos níveis de formalidade, ficando cada vez mais distante da norma estipulada pela gramática.

Intitular uma norma como culta é estabelecer para um falar a concepção de “certo”, “correto” e para outros de “errado”, “incorreto”. Bagno (2002, p. 42-43) polemiza o tema, afirmando que a norma culta carrega consigo um rótulo já sedimentado na sociedade. “É mais um preconceito do que um conceito propriamente dito”, de que existe apenas uma forma certa, modelar, de falar um idioma; justamente aquele encontrado nas obras literárias de renome e nos tradicionais compêndios gramaticais, sendo, dessa forma, o modelo de língua prestigiado e idealizado por uma classe minoritária de cidadãos seletos socioculturalmente.

Em concordância com Bagno (2002), Antunes (2007, p. 87) instrui que “a designação de norma culta não é das melhores, do ponto de vista ideológico, pois favorece a suposição de que aqueles que a adotam é que são cultos, têm cultura”, e essa concepção causa “efeitos discriminatórios” aos que não dominam tal norma, os pertencentes às classes sociais com menor acesso, principalmente na educação formal.

Bortoni-Ricardo (2004) propõe situações que influenciam a diversidade linguística e nos indica as relações de classes geradoras das estruturas linguísticas dominantes.

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais (p. 33).

Não agimos de forma preconceituosa porque tomamos como referência aspectos intrinsecamente linguísticos. A língua em si não apresenta parâmetros que nos indique a bipartição “certo e errado”, não

é ela que está no cerne da discussão e sim a importância de seus usuários¹⁶. É a sociedade que se baseia em realidades socioculturais favorecidas e cristaliza modelos de língua exemplar.

A norma culta não deriva de nada intrínseco ao português. Não há formas ou construções intrinsecamente erradas ou certas [...] Assim, o certo ou errado deriva apenas de uma contingência social. Em todas as comunidades sempre se atribui à determinada classe uma ascendência sobre as demais. A classe de prestígio dita as normas de comportamento, a moda, o gosto por certo tipo de música... Assim também a escolha das variedades linguísticas entre as que estão à disposição dos falantes. Ao escolher uma, essa classe condena as outras variedades (CASTILHO, 2002, apud Bagno, 2004, p. 185).

Dessa forma, a imposição da chamada norma culta em detrimento de outras normas, configura a perda da identidade de um determinado segmento social. Com isso, não se consegue uma compreensão mais completa dos fatos linguísticos permitidos pelo sistema linguístico. Ao mesmo tempo, deixar de ministrá-la nas escolas permite impedir o acesso do aluno a um estrato social considerado superior, assim como seu acesso à tradição cultural escrita. Num caso e no outro, há prejuízo no desenvolvimento da competência comunicativa. Portanto, é imprescindível que o aluno compreenda o maior número possível de normas a fim de obter sua plena integração na comunidade em que está inserido.

O cuidado em perpetuar a forma “norma culta” consiste exatamente no fato de se impor uma dicotomia: de um lado a norma culta “certa”; do outro, a norma popular ou coloquial “errada”. Ademais, todos nós temos cultura, sabemos lidar cotidianamente com as mais diversas situações sociais e comunicativas. Então, o porquê da discriminação, somos sim, cultos. Isso é diferente de não ter domínio de uma variedade linguística.¹⁷

¹⁶ Bagno (2002, p.66) sugere que nós passemos a usar a expressão variedade de prestígio em vez de norma culta.

¹⁷ Bagno (2002, p. 50); Antunes (2007 p. 87-88).

1.5.2 Norma padrão

O conceito de norma padrão surgiu no ocidente¹⁸ - século III a.C - e se estabeleceu por meio de um processo iniciado quando dialetos de prestígio social ganharam modelo na escrita e se perpetuaram por meio dos textos literários canônicos, formando um alicerce para a codificação da língua e, conseqüentemente, o aparecimento da gramática normativa.

A partir de então houve uma inquietação das pessoas, principalmente as das classes escolarizadas, no sentido de tornar padrão uma variedade de língua, uma amostra para ser alçada à condição máxima de “pureza”, de “organização”, “perfeição”, culminando-se em objeto de ensino, um modelo incorruptível e ideal de língua, que toma como referência a tradição gramatical e literária históricas.

O Brasil aderiu prontamente a essa perspectiva. No século XIX, a norma padrão ganhou espaço em nosso território em decorrência das imposições portuguesas; éramos colônia e estávamos sujeitos aos mandos portugueses. Tal imposição decretou a exigência de um padrão linguístico homogêneo, unitário, que neutralizasse a variação e controlasse a mudança. Para tanto, foi estabelecido que a norma padrão fosse criada a partir dos textos de escritores portugueses, numa busca de impor o idioma correto para uso de todos os brasileiros, inclusive aos indígenas – basta lembrar-se da proibição de se ensinar qualquer outra língua no território brasileiro que não fosse a língua lusitana.

Embora no período colonial o português fosse usado pela minoria privilegiada, à ordem por aqui era severa em mantê-lo como língua oficial e garantir à comunidade nacional a tão idealizada uniformidade linguística, com “ênfase no geral, e não em particularidades regionais” (ANTUNES, 2007, p. 94). Tanto é que as escolas da época já ensinavam

¹⁸ “Tradição que começou por volta do século III a.C., entre os filósofos e filólogos gregos quando foi criada a própria disciplina batizada de gramática” (BAGNO, 2002, p. 48).

o idioma lusitano. Anos se passaram e a mesma tradição continua. Nossa sociedade insiste em vislumbrar e reverenciar um modelo homogeneizante de língua. Um conjunto de regras e normas linguísticas a serem piamente seguidas e tudo que foge ao padrão estandardizado é um estropiamento, um decadentismo.

Poder-se-ia dizer que o propósito em se instituir uma norma padrão exprime aspectos relevantes, quando a questão em voga diz respeito a um possível uniformismo e entendimento da linguagem. O que nos preocupa é a imposição de uma cultura dominante a despeito de outras, provocando não apenas diferenças no uso das normas, mas estereotipação, interiorização e decadência dos grupos socioculturais minoritários, que não tem como uso prioritário de língua a norma padrão-culta.

De fato, a norma padrão encontrou espaço privilegiado na sociedade brasileira, indubitavelmente. Garantir esta supremacia em todos os contextos comunicativos tem sido a tarefa das classes majoritárias.

A escola é fortemente impulsionada por esses ideais, desde sua consolidação institucional, mais especificamente com o ensino de língua portuguesa tendo como referência o ensino da norma padrão. Por isso, deixou tempos a fio de refletir sobre os usos internacionais da língua. Não priorizou a reflexão de que “para qualquer situação comunicativa vale o jeito de falar que é adequado a essa situação” (ANTUNES, 2007, p. 99). Perpetuou e continua a perpetuar a discriminação em um espaço propício à prática do conhecimento e do respeito pelo outro em todas as suas diversidades.

Da mesma forma que existe diversidade linguística em decorrência de fatores já mencionados, nem mesmo os falantes formadores da norma padrão, considerada culta são capazes de mantê-la em todos os atos orais ou escritos, perdendo, dessa forma, seu sentido de ser quando diversificada. Mas os desvios por eles provocados são despercebidos, enquanto os erros dos falantes das

normas populares são severamente condenados.

Diante da inevitável heterogeneidade linguística, não se pode usar de radicalidade para impor uma norma a toda a população de um país, uma vez que essa mesma é constituída de indivíduos que representam atitudes sociais, culturais, econômicas e ideológicas diferentes. Existem, com essa realidade, múltiplas normas linguísticas, evidenciando-se a necessidade de uma política que promova a incorporação de usos da língua já consagrados e incorporados na fala e na escrita da maioria dos falantes, inclusive dos mais escolarizados.

Exemplos não faltam: mesóclise, regências variáveis de certos verbos, concordância verbal variável em orações com o verbo à esquerda do sujeito, entre outros. Com essas possibilidades teríamos, deste modo, pelo menos duas opções de construção linguística aceita pela comunidade letrada. Quem sabe assim não se amenize o estigma de que o “brasileiro não fala português”.

1.5.3 A língua padrão

Conforme o registro escrito da história dos estudos linguísticos, a padronização da língua é historicamente delineada pelos seus falantes. Essa padronização é determinada mediante a realidade cultural, política e social de cada época. Como a realidade sofre modificação diacronicamente, a tendência é que o que se considera como forma padrão hoje pode tornar-se não-padrão, e o que é considerado não-padrão pode ser estabelecido como padrão. A língua, por estar indissociável à sociedade, acompanha esse transcurso, embora tenhamos a ignota pretensão de mantê-la estática, imutável.

Representada por um conjunto diversificado de formas linguísticas, ela constitui um dos elementos formadores e responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade e, por esse motivo, deve atender a todos. E é justamente nesse ponto que se torna relevante o seu estudo, quando concebido por meio de um prisma sensível e atento às sutilezas

concretas de usos discursivos, de forma que todas as variedades da língua recebam um tratamento respeitoso, sem a preconização de se estabelecer unicamente uma variedade dominante, que exerça total supremacia e seja excepcionalmente a correta, a padrão, até porque nenhum registro linguístico é uniforme quando usado em situações adversas, mesmo aquele condecorado pela comunidade dos letrados, o registro padrão ou língua padrão admite variações em diferentes sentidos.

Forçar as pessoas a falar e escrever igualmente, tendo como recurso o mesmo padrão de linguagem, significa ignorar as diversidades de comportamentos linguísticos existentes em nosso meio, cada um atuando de maneira particular, com o propósito de atender adequadamente suas necessidades. Daí, não ser recomendável que se intitule esta ou aquela variação linguística como sendo a língua padrão, sob o risco de inferiorizar outras formas, que podem ser até mais apropriadas a determinados contextos.

A língua padrão na sua gênese é a língua idealizada pelo poder político, econômico e social. Deseja-se estar no topo da cadeia, justamente no lugar destinado às classes privilegiadas, detentoras do conhecimento sistematizado, escolarizado, deste modo intocável, com total credibilidade, referência a todas as pessoas.

Para assegurar o cultivo da língua padrão vários direcionamentos foram estabelecidos. Um deles é a própria instituição escolar que trabalha para transmitir e conservar a língua "correta", "exata". Os próprios usuários da língua fortalecem outra frente que luta para apropriar-se a língua padrão, visando atenuar a censura, discriminação e empecilho à promoção social.

São inegáveis as vantagens à existência da língua-padrão, porém descrevê-la rigorosamente ou dizer onde vamos encontrá-la tem ficado cada vez mais escasso. As gramáticas tradicionais, como já mencionamos, baseiam-se normalmente em exemplos de textos da literatura clássica, que, muitas vezes, estão distantes do padrão

linguístico real do português Brasileiro até mesmo o escrito. Portanto, se até mesmo os falantes da norma culta, aqueles que têm acesso às regras gramaticais padronizadas, incutidas no processo de escolarização, exprimem-se usualmente contrários a estas regras, podemos, então, considerá-las como norma ou língua padrão/culta?

Todavia, justificamos a necessidade do ensino da língua-padrão desde que ela seja colocada, linguisticamente, como uma variedade igual às outras, mas que usufrui de um prestígio social diferente por ser a língua do poder político, econômico e social. Assim, a ênfase nessa diferenciação contribui para que o aluno perceba nas formas linguísticas o valor intrínseco de cada uma e o tratamento social que certas variedades adquirem nos estratos das sociedades de cada período histórico.

2. DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), ao proporem estratégias norteadoras para o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa, consideram prioritariamente que ensinar é promover o conhecimento em todas as suas dimensões para a concretização da cidadania plena.

É indispensável, portanto, que o conhecimento científico, técnico, literário, informativo e o filosófico estejam integrados em prol de uma democracia libertadora, capaz de transformar realidades. Partindo dessa ótica, podemos pensar no ensino de Língua Portuguesa que privilegie a necessidade de interação social do indivíduo e amplie a sua capacidade discursiva, para a qual o conhecimento discutido em sala de aula realiza-se no meio em que vive o falante, conforme suas necessidades sócio-interacionais.

Ao promover o ensino de língua materna considerando as dimensões do conhecimento, pressupõe-se conceber a língua enquanto

sistema heterogêneo em constante uso e o reconhecimento de existências das variedades linguísticas, pilar fundamental no ensino da Língua Portuguesa (BAGNO, 1999).

Acrescentamos a isso a necessidade de se considerar que esta língua heterogênea só carrega tal característica, porque é falada por pessoas em situações reais de interação comunicacional, com diferenças culturais, sociais, regionais. E, dependendo do meio ou situação, o falante diversifica o seu falar para adequar-se à realidade circundante. Luft (1985) assevera que a língua se diversifica e instaura-se na vivência comunitária; são os costumes linguísticos que definem o que se deve e não se deve falar.

A língua toda: semântica, léxico, morfologia, fonologia e fonética – tudo é questão de uso. Vale o que a comunidade dos falantes tacitamente (raro explicitamente) determina que vale. A língua é autodeterminada pelos seus usuários. (...) Só o costume pode determinar o que é certo e errado, não o veredito de gramáticos, eminentes que sejam. (p.17).

O caráter diversificado da língua não a torna mais ou menos complexa; suas complexidades já são propriedades do homem desde o seu nascimento, ele a utiliza normalmente, conhecendo ou não as regras da gramática tradicional, pois estas não são suportes imprescindíveis para se comunicar. No entanto, analisada do ponto de vista da interação verbal, as regras camuflam a riqueza heterogênea de qualquer idioma, criando mitos que estimulam cada vez mais falácias do tipo “as pessoas sem instrução falam tudo errado”.

Sabemos que o indivíduo já nasce envolvido por uma língua e dela se faz dono. Na medida em que ganha consciência de sua cultura, costumes, crenças, etc., apropriar-se da língua significa manter relações interacionais com sua comunidade de fala. Isso quer dizer que a comunidade, de comum acordo, escolhe as maneiras que melhor pode se comunicar; diversificando-as, transformando-as em prol de uma comunicação satisfatória. Pode-se afirmar, então, que a diversidade

linguística não é um fenômeno acidental e sim explicável, governado por restrições linguísticas e não linguísticas. Desse modo, por meio de um estudo direcionado é possível compreender os fatores que condicionam essa realidade, sempre tendo como referência as especificidades de cada comunidade (MOLLICA, 1992; SCHREE, 1996), e como referência as especificidades de cada comunidade. Consonantemente, Osakabe (1991, p. 9) defende que “A variação é nuclearmente, estruturalmente, a condição que dispõe a língua para a mudança, a substância de sua própria vitalidade”.

Poder-se-ia, então, transpor esse fato linguístico para o ensino de Língua Portuguesa, uma vez que a insistência em fazer das aulas de português, sabatinas de regras gramaticais tem deixado muitos alunos frustrados e com sentimento de baixa estima linguística. Salientamos que não basta permanecermos no campo teórico das discussões, isso já se faz há muitos anos; são necessárias mudanças concretas no ensino/aprendizagem e isso se tem discutido, repercutido e muito ainda se falará e escreverá, porém as metodologias e reflexões linguísticas no ambiente escolar ainda permanecem praticamente inalteradas; poucas são as iniciativas no sentido de tornar o ensino do português mais significativo.

As resistências são muitas, tanto por parte de professores, quanto por pais de alunos, que veem a gramática normativa como único instrumento de estudo da língua. Posicionamentos como estes não podem se instalar perenemente na escola, pois dificultam o debate sobre a diversidade social e, conseqüentemente, linguística, além de desfavorecer a prática de ensino reflexivo, capaz de ampliar a proficiência do falante.

Na concepção de Moura (1999), a realidade linguística dos usuários deve ser o objeto de ensino de língua, o que propicia o alargamento das fronteiras do conhecimento e torna o ensino mais próximo da vida social do aluno. Desconhecer ou ignorar a diversidade

linguística implica favorecer atitudes preconceituosas, discriminatórias às variedades não-padrão.

Desvincular o ensino de língua da realidade linguística dos alunos é privar-lhes do direito à valorização de sua cultura e história de vida, não lhes permitindo a criticidade e a luta pelos seus ideais. O respeito pela linguagem do aluno torna possível levá-lo a aprimorar-se e adquirir mecanismos comunicativos cada vez mais próximos da variedade linguística prestigiada socialmente, o que possibilitará a ele a adequação de uso da linguagem às diversas situações sociais em que precise se manifestar.

Por isso, Signorini (2002, pp. 76-77) salienta que:

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca.

Adequar o discurso à prática é um fator prioritário. Se a língua é a representatividade da sociedade, negar ao aluno a valorização e o estudo de sua variedade linguística é negligenciar as possibilidades de comunicação que ele faz uso. Não se trata de deixar de ensinar a variedade padrão, como já mencionamos e que muitos professores de Língua Portuguesa imaginam, e sim de propiciar ao aluno uma aprendizagem significativa que, por meio de instrumentos linguísticos apreendidos e praticados constantemente e intensamente, lhes ajude a ter domínio da norma de prestígio sem deixar de participar de seu grupo de origem, não sofrendo, deste modo, um processo de despersonalização.

2.1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, A GRAMÁTICA TRADICIONAL E A ESCOLA

Para Gnerre (1985) uma variedade linguística vale ‘o que valem’

na sociedade seus falantes, e isto é justificável se tomarmos como referência o poderio que algumas classes sociais conservam nas relações sócio-econômicas e culturais. O autor afirma ainda que a norma “cultura” carrega em seu bojo a imponência de qualificadora de pertencer à população majoritária da sociedade e, por isso mesmo, ser detentora de um poder ideológico legitimado pela tradição gramatical e escrita, símbolo da identidade nacional.

Essa perspectiva traz como cerne reflexivo o papel da gramática tradicional nas sociedades. Ela é vista na concepção de Travaglia (2003), como um manual de regras que carrega preceitos estéticos, elitistas e históricos. As regras estipuladas pela Gramática tradicional representam o ideal linguístico da maioria das pessoas em virtude delas serem colocadas como as únicas formas “corretas” de usar o idioma. Ela funciona como um sistema de forças que todos precisam vestir e usar, isto é, se quiserem fazer parte do grupo seletivo de falantes “cultos”.

A gramática tradicional não aceita as mudanças que a língua sofre e, muito menos, “abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua prestigiada socialmente” (ANTUNES, 2007, p. 30). Por esse motivo, não compreende a língua como sistema vivo, que está em constantes transformações e em intensa atividade interacional.

Por muitos anos alimentou-se a visão de que a gramática tradicional representava unitariamente o idioma português. Isso denota uma relação de poder que norteia as relações sociais, incluindo-se aí, sobremaneira, a influência da escola nesse processo. Não obstante, os manuais de gramática tornaram-se exclusivamente o objeto de ensino nas aulas de língua materna.

Sendo a gramática tradicional o livro adotado pelas escolas para o estudo de língua, todos os esforços concentravam-se no sentido de aprender, ou melhor, decorar a normatização nela contida. Professores e alunos dispunham do tempo em sala de aula, prioritariamente, para assimilar tais normas, acreditando serem elas o salva-vidas do idioma.

Porém, o trabalho com a gramática normativa não apresenta a eficácia esperada. A nomenclatura repetitiva e os conceitos descontextualizados, sem utilidade, levam os alunos a dizer que o português é uma língua “difícil”, já que saem da escola em condições semiletradas, sem que haja expansão dos horizontes discursivos desses estudantes para um melhor entendimento da diversidade linguística e suas múltiplas funções.

Como a gramática tradicional tem como guardiã as classes com maior poder aquisitivo, dificultou-se a implementação de estudos que revelassem outros modos de se estudar a língua. Há alguns anos, no Brasil, a variação linguística não existia como tema de ensino para a maioria dos professores de Português, e o principal papel da escola era “enquadrar” os alunos na norma-padrão da língua portuguesa, um modelo idealizado de “língua certa”. O reconhecimento da heterogeneidade é um grande passo para que se modifique a ideologia do monolinguismo no Brasil, que insiste em padronizar (a qualquer custo) a língua falada por seus habitantes.

A mudança dessa ideologia começa com a conscientização e a educação da população brasileira. Nesse contexto, a escola tem o papel fundamental de adotar uma atitude realista diante dessa diversidade e revisar o ensino preconceituoso da língua portuguesa, além de lançar novas luzes sobre o multilinguismo de nossa sociedade.

Ao longo dos anos a escola tem sido alvo de inúmeros debates que procuram buscar e mostrar caminhos para superar o árduo desafio de alfabetizar e, ao mesmo tempo, orientar os professores a adotarem práticas pedagógicas significativas, a fim de que se evitem as altas taxas de repetência e evasão que contribuem para o grande fracasso nas escolas públicas brasileiras, principalmente no que concerne ao ensino/aprendizagem de língua materna. Em muitos casos este fracasso é sustentado pela própria escola, a respeito dessa afirmativa, assim se pronuncia Soares (1994, p. 5):

A escola brasileira é ainda extremamente insatisfatória, do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Não só estamos longe de ter escola para todos, como também, a escola que temos é antes *contra* o povo que *para* o povo. Se, vem ocorrendo uma progressiva democratização do acesso à escola não tem igualmente ocorrido, a democratização da escola.

Conforme a reflexão exposta acima é perceptível que a realidade da escola brasileira encontra-se aquém do esperado. E isso ocorre em todos os níveis de escolaridade; poucas são as iniciativas que visam qualificar a educação em nosso país. Não basta democratizar o acesso à escola, é necessário torná-la democrática e inovadora. Dentro dessa realidade o ensino de língua precisa adequar-se às realidades sociolinguísticas e interacionais dos falantes; não significa dizer que os professores deixarão de discutir a Gramática Tradicional na sala de aula, pois a escola deve empenhar-se em oferecer condições para que se aprenda o português padrão (POSSENTI, 1996, p, 17). Mas a realidade é adversa, a Gramática Tradicional em muitas escolas é a única ferramenta de trabalho imprescindível no ensino de língua materna. Na concepção de Antunes (2007, p. 33) soma-se a isto outra problemática: o manual tem sido usado como instrumento de opressão, uma vez que é ensinado como o único “conjunto de regras que marcam o que se considera como uso correto da língua”. E por falta de incentivo, estudo e coragem poucas são as escolas que abrem espaço para a diversidade da língua e, mesmo quando isto acontece, este espaço ainda é muito sutil, na maioria o que predomina mesmo é o estudo detalhado de regras e exceções que são colocadas como modelo, o qual os falantes têm que seguir em detrimento das outras possibilidades linguísticas e comunicativas que os falantes já usam cotidianamente, como assevera Luft (1998, p. 11):

Uma língua é um duplo sistema: sistema de sinais (vocábulos, expressões, etc.) e sistema de regras da combinação desses sinais. O segundo desses sistemas é o que chamamos de gramática. Não há língua sem gramática. Amar uma língua é amar sua gramática.

É óbvio que o falante necessita conhecer as regras que fazem parte da norma padrão, a questão é a forma como é ensinada, uma vez que “a escola leva os alunos pertencentes às camadas populares a reconhecer que existe uma maneira de falar e escrever considerada ‘legítima’, diferente daquela que dominam, mas não os leva a conhecer essa maneira de falar e escrever, isto é, a saber, produzi-la e consumi-la” (SOARES, 63). Ainda segundo a autora (idem) o ensino da língua materna, não pode solidificar-se numa prática pedagógica que julga a linguagem do aluno como errada, pobre, porque a avalia segundo a distância que a separa do dialeto de prestígio e se considerar que essa distância é não só linguística, mas também cultural, só pode fracassar.

É preciso à escola compreender que cada variedade linguística tem o seu valor, a sua importância para a formação da língua e que a elas não cabem adjetivos como ricas, pobres feias ou bonitas, todas tem suas particularidades e diferenças que as caracterizam como tal e sem distinção devem ser respeitadas e valorizadas, porque não existe o erro, errado é quem desconhece a natureza da própria língua.

Para Soares (1980, p. 78) a educação alcançará a transformação social quando a escola privilegiar o ensino de língua que leve o educando a um bidialetalismo funcional, objetivando, sobretudo, a visibilidade das relações sociais e a posição de todas as variedades linguísticas.

Em primeiro lugar, uma escola transformadora não aceita a rejeição dos dialetos dos alunos pertencentes às camadas populares, não apenas por eles serem tão expressivos e lógicos quanto o dialeto de prestígio (argumento em que se fundamenta a proposta da teoria das diferenças linguísticas), mas também, e, sobretudo, porque essa rejeição teria um caráter político inaceitável, pois significaria uma rejeição *da classe social*, através da rejeição de sua linguagem. Em segundo lugar, uma escola transformadora atribui ao bidialetalismo a função não de *adequação* do aluno às exigências da estrutura social, como faz a teoria das diferenças linguísticas, mas a de *instrumentalização* do aluno, para que adquira condições de participação na luta contra desigualdades inerentes a essa estrutura (SOARES, 1980, p. 74).

O bidialetalismo, portanto, contribui para uma melhor observância das diferenças entre o dialeto de prestígio e os menos prestigiados sem que estes sejam desqualificados. Por isso, faz-se necessária a prática de uma metodologia de ensino que contraste o dialeto padrão do não padrão, atentando para todo o universo que envolve a comunicação. Desse modo, o ensino traz como consequência ao aluno das classes populares, a possibilidade de adquirir recursos linguísticos diversificados que lhes dê proficiência no uso da língua.

A função da escola é, sobretudo, ajudar o aluno a compreender a realidade com suas contradições e variedades; compreender a estrutura, o funcionamento, as funções da língua – instrumento de comunicação, mas também de poder, de constituição da identidade individual e coletiva, de manutenção da coesão social do grupo etc. –, com todas as suas variedades, sociais, regionais e situacionais.

2.2 O ENSINO DA LÍNGUA CULTA X ENSINO DA VARIEDADE LINGUÍSTICA

Os professores de língua materna vivem um dilema constante: ensinar a língua culta ou pautar o ensino na análise das variedades linguísticas? Esse questionamento tem levantado promissoras discussões, às vezes, nem tão amigáveis até mesmo entre os próprios linguistas. A verdade é que se almeja um direcionamento capaz de situar o ensino de língua materna e que possa amenizar dúvidas sedimentadas.

Ensinar a língua culta aos alunos parece consenso entre os professores, porém, como ensinar é que tem provocado contendas. Se por um lado, o ensino pautado na variedade culta tem suas vantagens ao aluno, por outro, o que dizer do ensino da variedade respeitada imposta a alunos que nem tampouco conseguem assimilar competentemente a língua culta prestigiada socialmente e detentora de um poder ideológico incontestável.

Outra constatação é verificável quando se põe em discussão o ensino da língua culta versus o ensino de outras variedades linguísticas. Diz respeito à situação comunicativa do aluno: assim como ele pode envergonhar-se em usar, muito deficitariamente, o que aprendeu do português “culto” em um ambiente social que prestigia esta variedade, não se encontra também à vontade em forçar naquele e em seu meio social um nível de língua que de fato não incorporou para o seu repertório linguístico.

Tornar o aluno competente nos diversos usos da língua é o caminho a ser trilhado na sala de aula, todavia, tem-se enfrentado uma dificuldade gigantesca em relação ao ensino-aprendizagem de português, em se pretender levar o aluno a incorporar outra variedade de língua que não seja aquela à qual vive exposto no seu dia-a-dia e, isso, recai sobre as metodologias adotadas, ou seja, no como ensinar.

Muitas são as metodologias para se trabalhar o ensino aprendizagem de língua materna do ensino fundamental ao nível superior. E a conclusão mais imediata a que se pode chegar é a de que os ambientes educacionais não têm conseguido propiciar ao aluno situações e atividades diversificadas e concretas¹⁹ que favoreçam a competência linguística para se usar, quando necessário, a variedade culta-padrão e/ou variedades menos prestigiadas. Foi exatamente pensando nessa questão que propositalmente optamos em titularizar o subcapítulo em questão “O ensino da língua culta x ensino da variedade linguística”, haja vista a maioria dos professores de língua assim conceber tal prática de ensino. Por isso, não obstante, ouvimos professores se questionando sobre o que ensinar; ressaltamos que não se trata de ensinar ou a língua culta ou a variedade linguística, e sim, apoiar-se em metodologias capazes abarcar o ensino de todas as variedades, pois a língua culta não deixa de ser, igualmente, uma variedade existente na sociedade.

¹⁹ Marcuschi (2001) apresenta sugestões metodológicas interessantes acerca do ensino aprendizagem da variedade culta.

Em relação ao ensino das variedades não cultas? Será que estas também não deveriam ser objeto de estudo na sala de aula, tendo em vista que toda língua é constituída por variedade que, por razões estritamente linguísticas, equivalem-se?

A intenção de beneficiar o aluno com o domínio da língua culta, desrespeitando todo cabedal linguístico que ele faz uso, pode provocar consequências drásticas: ou o aluno limita seus atos comunicativos ou não adquire habilidades suficientes para se expressar por meio da variedade que lhe é imposta, tendo em vista a falta de eficiência no ensino da língua culta (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15). O fato é que o aluno ainda não vê sua variedade de língua sendo trabalhada com efeito.

2.3 O TRABALHO COM A VARIAÇÃO NA SALA DE AULA

O ambiente da sala de aula é um dos mais privilegiados quanto à diversidade sócio-política e cultural. E por ter esse privilégio é necessário que se ofereça um ensino eficiente empreendido em formar cidadãos críticos e conscientes.

Quanto ao trabalho com a variação na sala de aula é oportuno lembrar que o professor não vai dirigir sua prática no ensino dos diferentes tipos de variações existentes, porém deve partir do princípio de que tudo deve começar pelo padrão de língua usado pelos seus alunos e, por meio de distintas atividades, conduzi-los à aquisição da norma padrão-culta.

Bortoni-Ricardo (2005, p.15) adverte que “A escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas.” Mas, para que isso aconteça, professores e alunos, ao estarem na sala de aula, devem manter vivo o seguinte alerta: existem duas ou mais formas de se dizer a mesma coisa dependendo do momento de interação, cada uma com um valor diverso na sociedade. A autora, além disso, recomenda a prática do respeito e valorização das individualidades sociolinguísticas do aluno, sem que

lhes seja negado o conhecimento da língua socialmente cotada.

O mesmo posicionamento se encontra em Possenti (1996, p. 17) sobre o ensino da língua padrão. Para ele, o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e ideológico”. Portanto, negar ao aluno o domínio da modalidade linguística em questão não deixa de ser preconceito e subestimação à capacidade comunicativa do aluno.

Reclamações do tipo: o ensino do português vai mal, é constante tanto na escola quanto em outros ambientes. Porém, é todo o sistema de ensino que se encontra em decadência. E dentre as disciplinas, o português tem sido a que mais recebeu críticas. Uma das causas apontadas para tal declínio é o constante surgimento de variedades linguísticas na sala de aula, em decorrência, principalmente, de um coletivo de alunos oriundo de classes sociais diversificadas. O que ocasiona um conflito pelo fato dos alunos terem uma língua e a escola ter outra.

O fato é que o ensino da língua deve primar pela apresentação e descrição das variantes, sem que essas elas sejam qualificadas como melhores ou piores, sob o risco de discriminar aluno que chega à escola dominando, uma ou outra variedade e alguns elementos de várias, mas para se tornar um falante cada vez mais competente, sempre tem muito que aprender de diversas variedades, inclusive das que domina. Somente nessas condições é possível dar subsídios aos alunos que minimizem as dificuldades linguísticas, tornando-os realmente textual e discursivamente aptos a usarem a língua nas diversificadas atividades interacionais.

Sabemos que é tarefa árdua descrever de forma adequada e simples os vários planos de variação linguística. São inúmeras as superposições que acontecem entre eles transformando qualquer classificação em um modelo despótico, mas se faz importante lembrar, primordialmente na sala de aula, o conjunto de variações que podem

existir em qualquer língua, tendo em vista que nesse ambiente deve-se manter, no mínimo, um diálogo profícuo com as variações linguísticas, embora as imposições sociais sejam as principais causas provocadoras de resistências às práticas docentes.

2.4 O MANUAL DIDÁTICO E A VARIAÇÃO

Propõem-se aqui levantar questionamentos sobre o tema variação linguística e como ele vem sendo tratado nos manuais didáticos. Para tanto, focalizaremos um livro didático de português que no ano de 2011 foi aprovado pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático do MEC, mas que recebeu veementes críticas, principalmente por parte da imprensa nacional alegando que o referido manual "ensina a falar errado".²⁰

Trata-se do livro *Por Uma Vida Melhor*, 2º segmento do Ensino Fundamental e faz parte da coleção *Viver, Aprender*, organizada pela Ação Educativa. Destinado a EJA – Educação de jovens e adultos – o livro após ter recebido as melhores notas de forma unânime pela comissão avaliadora do livro de língua portuguesa, foi comprado e distribuído para 4.236 escolas. Seus autores são Heloísa Ramos, Cláudio Bazzoni e Mirella Cleto, ambos são professores e pesquisadores do tema variação linguística e o ensino de língua materna.

Contra o livro, levantou-se uma guerra, ou melhor, um embate político e ideológico, que corresponde mais especificamente à página 15 do capítulo 1, intitulado “Escrever é diferente de falar”. Na página 14 os autores comentam sobre como as palavras concordam em gênero e número e destacam a importância desse fenômeno para a atribuição de sentidos, tendo em vista que a concordância é um princípio indicativo da relação que algumas palavras têm entre si. Para tanto, é dado na página 15 um exemplo para demonstrar como a sintaxe de concordância acontece de maneira adversa na norma culta e na

²⁰ Refere-se ao capítulo 1, de Língua Portuguesa, “Escrever é diferente de falar”.

variedade popular.²¹ Trata-se da frase: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados.”, em que todos os elementos sintáticos se flexionam para concordar com o núcleo do sintagma nominal “livros”. E na variedade popular a mesma frase pode assim se apresentar: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”. Esta construção é compreensível por qualquer falante do português, pois nossa língua permite essa construção, não permitiria, contudo, “os ilustrado livro”; “o livros”, pois nenhum falante usa esse tipo de construção em sua comunicação linguística, seja ela oral ou escrita.

Entretanto, o que mais causou polêmica foi quando os próprios autores do livro fizeram o seguinte questionamento: “Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro’? E eles mesmos responderam: “Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você correrá o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas.” Além do exemplo exposto, foram dados outros: “nós pega o peixe”; “os menino pega o peixe”, mais uma vez mostrando que a variedade popular aceita outras possibilidades de construção frasal, diferentes da norma culta, por sua vez, relacionado à concordância de número. E “o fato de haver a palavra **os** (plural) já indica que se trata de mais de um livro”, ressaltam os autores.

Com esses exemplos e os argumentos sociolinguísticos defendidos foi o bastante para que um turbilhão de críticas viesse surgir e, com isso, questionado a qualidade de todo o livro “Por uma vida melhor”. E como se não bastasse, alguns contrários à aprovação do manual afirmam que ele é uma verdadeira inversão de valores, pois a forma como as variedades linguísticas foram abordadas induz o aluno a falar e escrever errado, o que não é verdade, se é feita uma leitura atenta sobre

²¹ Vale destacar que os autores do livro preferem o uso dos termos norma culta e variedade popular.

as polêmicas páginas. Ora, não é muito mais atraente e enriquecedor ao aluno mostrar as diversidades da língua do que simplesmente ignorá-las?

Todo esse alvoroço causado a respeito do livro didático convoca a sociedade brasileira, sobretudo os linguistas e professores de língua materna, a pensarem nas resistências que poderão enfrentar, aliás, já estão enfrentando ao proporem mudanças no ensino de língua portuguesa. Como o livro didático é uma opção e espaço para se aplicar novas teorias linguísticas, metodologias, orientações, etc., evidentemente que não aproveitar a oportunidade é abster-se do compromisso com a qualidade do ensino e deixar que pessoas sem formação adequada continuem a perpetuar discursos retrógrados, sem o devido aparato teórico-metodológico que lhes dê orientações apropriadas.

Sem fundamentar-se em pesquisas feitas por estudiosos da área, a tendência é que comentários errôneos sejam feitos. O mínimo de conhecimento e cuidado é necessário para se opinar sobre questões linguísticas, a fim de se evitar uma postura de julgamento, como aconteceu com livro de português, sobre o qual jornalistas, ao fazerem a leitura de uma página e ainda de forma equivocada e descontextualizada, fizeram apreciações descabidas, principalmente porque feita uma leitura cuidadosa do livro é possível perceber que ele atende às orientações dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), disponíveis há mais de dez anos a todos os interessados. É uma pena que esse material não interesse à imprensa brasileira, pois ouvindo os comentários, é visível a ignorância da maioria dos profissionais da comunicação. Confere esse parecer: “a respeito do que se faz hoje no mundo acadêmico e no universo da educação no campo do ensino de língua,” afirma Marcos Bagno.²²

Já era mesmo de se esperar o momento que alguém tivesse a

²² Polêmica ou ignorância? Discussão sobre livro didático só revela ignorância da grande imprensa. Disponível em <http://marcosbagno.com.br/site/>. Acesso em 20 de jul. 2022.

coragem de expor no livro didático reflexões feitas no âmbito acadêmico sobre o ensino de variação linguística e, por conseguinte, não fosse bem recebido pela sociedade letrada. Simplesmente pelo fato de evidenciar a diversidade sociocultural e de valores existentes em nosso país, além de mostrar que as classes privilegiadas e todo o seu aparato sócio histórico e cultural, de modo inclusivo a variedade de língua por elas adotada, não é, e jamais será, o único a existir e servir de meio para a vivência social.

O fato é que o livro enfatiza a linguagem oral coloquial, contemplando-a como objeto de estudo ao lado da linguagem escrita e, neste sentido, leva em consideração que frases como “nós pega o peixe” poderiam ser consideradas adequadas em certos contextos, por exemplo, nos menos monitorados. Nessa perspectiva, motivados por leituras e pesquisas sociolinguísticas, os autores do livro em questão, defendem que o uso da língua popular – ainda que com seus desvios gramaticais – é válido e por que não tratá-la no livro.

Para Sírio Possenti²³, professor associado do Departamento de Linguística da Unicamp, o linguista não tem por finalidade incentivar a escola a ensinar dizer “Os livro”. Em sua opinião “nenhum linguista propõe isso em lugar nenhum (desafio os que têm opinião contrária a fornecer uma referência). Aliás, isso não foi dito no tal livro, embora todos os comentaristas digam que leram isso”. Fizeram, a rigor, uma leitura errada e, sobretudo, mal intencionada, propositalmente para manter o status da classe escolarizada e censurar as variedades populares. Com isso, são negadas as possibilidades comunicativas que a língua oferece, muito menos, que todas as variedades desempenham papéis importantes nas comunidades de fala, por isso mesmo devem ser respeitadas sob a ótica de que a variação não é “erro”, mas orienta-se por regras e princípios distintos. Não falamos igualmente, até na língua dos intelectuais se constata o exemplo colocado no livro didático; há

²³ Aceitam tudo. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>. Acesso em 19 de jul. 2022.

sempre algo que está posto em variação.

Infelizmente, nossa população é refém de todo um sistema educacional que se instaurou de forma errada e ainda hoje colhe os frutos de uma sociedade eminentemente elitista, preconceituosa, reacionária etc. Conservar esse modelo de sociedade colabora para a diminuição do espaço à discussão das diferenças em todas as suas dimensões e quando o assunto diz respeito à língua, põem-se em jogo múltiplas discussões, por um lado os favoráveis e, por outro, os contrários à diversidade linguística e sua abordagem na sala de aula.

O livro “Por uma vida melhor” provocou dúvidas, dividiu a opinião de estudiosos e deixou a população apreensiva. Não se sabe como os próximos manuais didáticos irão abordar a questão. Mas, temos a certeza de que os autores terão maior preocupação em direcionar o ensino da variação linguística, pois ninguém quer ser alvo de críticas, por vezes, desonestas e discriminatórias.

Por tudo isso, acendeu-se um alerta quanto ao ensino de língua materna. Os professores, ao terem os primeiros contatos com o livro de português, verificam de imediato o(s) capítulo(s) que trata(m) da variação linguística. Hoje, praticamente, todos os livros trazem direcionamentos; alguns de forma mais sistematizada e atualizada, outros, com poucas novidades e, ainda, atrelados à velha questão dos níveis de linguagem. Porém, o que não é admissível, é ignorar o tema, pois como destaca Bagno (2007, p. 125-126) “Se o LD²⁴ não tratar da variação linguística em nenhum momento, ele já se revela fora de sintonia com as propostas mais avançadas de educação em língua materna, até mesmo no que diz respeito às diretrizes oficiais de ensino”.

Tomando como parâmetro outros livros didáticos de português levantamos o seguinte questionamento: por que as críticas se concentraram apenas no “Por uma vida melhor”, tendo em vista que nos outros manuais encontramos posicionamentos que seguem a mesma linha de abordagem teórica? Na Coleção Tempo de Aprender, 1º

²⁴ Livro didático.

capítulo, p. 25, 26, 27,28, destinado à Educação de Jovens e Adultos, Volume I (6º ano) Multidisciplinar, na página 25, os autores começam a fazer uma breve discussão sobre a relação língua e identidade. Apoiam-se em Robinson (1977, p. 68) para dizer aos alunos que “A fala de uma pessoa pode indicar seus sentimentos, o tipo de personalidade que tem, quem é.” Mostram na página seguinte textos de Patativa do Assaré para enfatizar os diferentes falares, sobretudo os relacionados ao espaço geográfico. E na página 27 comentam de forma mais sistematizada as variedades linguísticas.

Esses comentários embasam-se em reflexões sociolinguísticas, com o intuito de diferenciar o prestígio dos falares, com destaque para o prestígio social, político e cultural desfrutado pela norma urbana. Todavia, os autores fazem um comentário que lembra o livro de Heloisa Ramos: “Mas a língua pode se manifestar em outras variedades, ou seja, outras maneiras de falar e escrever, diferentes da norma de prestígio e tão legítimas quanto ela”. Será que os jornalistas, que demonstram tanta preocupação com o ensino de língua, não leram este livro? Foi essa a mesma perspectiva linguística defendida na coleção Viver e aprender, no entanto, ninguém teceu julgamentos perniciosos.

Feita uma comparação entre os dois livros citados, a única diferença é que a Coleção Tempo de Aprender não teve a mesma ousadia do Por uma vida Melhor. Evitou citar exemplos da variedade culta e da popular e discorrer, por meio das orientações sociolinguísticas, sobre as diferenças de uso. O que para um estudioso do ensino/aprendizagem de língua foi menos eficiente, ou seja, não atingiu a profundidade que o tema exige.

Portanto, não se defendeu no livro o erro de português e muito menos que a norma culta deixe de ser ensinada, como muitos afirmam. O propósito foi discutir o mito de que há apenas uma forma de se falar corretamente, declarou Heloisa Ramos nos meios de comunicação. Em nota pública, a linguista Maria José Foltran divulgou que considera o caso como marcado por posicionamentos “virulentos” e “até histéricos”,

apesar de o livro Por uma Vida Melhor seguir as orientações dos PCNs. Para Foltran muitos são os livros didáticos que discutem a variação linguística com a finalidade de destacar a função e o valor da norma culta na sociedade escolarizada.

3. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS PRÁTICAS DOCENTES DESCRITAS PELOS PROFESSORES

Este capítulo tem por objetivo apreciar as práticas docentes relacionadas ao tema variação linguística descritas em questionários pelos próprios professores. A aplicação do questionário foi realizada nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança e Tracuateua. Os professores²⁵ fazem parte do quadro de funcionários do Estado (SEDUC/PA) e dos mencionados municípios. Todos eles são Licenciados Plenos em Letras, sendo cinco especialistas na área. Os questionários compunham-se de nove indagações, que variam no grau de exigência das respostas.

3.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA

Com o advento dos estudos sociolinguísticos, principalmente na década de 60, muitas reflexões surgiram no sentido de pensar a língua enquanto sistema heterogêneo. Essas reflexões perpetuaram-se nas Universidades e, ultimamente, tem chegado às escolas de educação básica. Se fizermos uma pesquisa nos currículos escolares de Língua Portuguesa, iremos perceber que em todos praticamente consta o tema variação linguística. Isso se pode perceber, analisando o corpus inquirido neste trabalho. Conseguimos um total de dez questionários

²⁵ Adotar-se-á ao referir-se aos professores a terminação P 01, P 02, P 03 ... P 10.

respondidos e, por meio de observações referentes à pergunta: *Você aborda em suas aulas de língua portuguesa o tema variação linguística?* Constatamos que todos os docentes ao responderem “**sim**”, evidenciam que a variação linguística é abordada na sala de aula.

P 01... Sim, através de atividades orais e escritas. Utilizando textos de Carlos Drummond, Patativa do Assaré e outros.

P 05... Sim, pois através desse tema passo a observar o público ao qual estou trabalhando e assim poder abordar assuntos referentes à variação de uma língua.

P 06... Sim, com bastante frequência e sempre que necessário.

Esta constatação é prova de que o ensino de Língua Portuguesa tem recebido novos enfoques. A variação linguística, não se pode negar, demorou demasiadamente para ser popularizada nos Planos de Curso dos professores, e quando isso começou a acontecer não saía do papel, na prática pouco ou quase nada era discutido com os alunos. Realidade esta que vem se modificando paulatinamente, muitos de nossos professores estão “abertos” às discussões linguísticas e têm consciência de que o ensino de língua materna exige conhecimento, reflexão e metodologia para atingir seu objetivo que, como sugerem os PCNs (2006, p. 18), “as ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta”.

Propiciar essas habilidades aos alunos, sem dúvida, perpassa pelo ensino da diversidade linguística. E isso deve acontecer não apenas por julgar o tema uma novidade, ou mesmo por estar em voga, mas pelos acréscimos que possibilitam ao falante. Nesse sentido, é nítido o compromisso dos professores com o ensino de língua, o qual não ignora o estudo de suas variedades, antes a focaliza, pois a proficiência do falante subjaz conhecer as diferentes formas de falar e escrever. Aceitar e estudar o que provoca a heterogeneidade no idioma é questão de necessidade, se quisermos entender e orientar o ensino baseado nos contextos de usos dessa ou daquela variedade da língua (FIORIN, 2003,

p. 161).

O discernimento que os professores apresentaram ao responder a pergunta evidencia a valorização efetiva das práticas de ensino voltadas para os usos da língua. Porém, sabemos que ainda há resistência em promover o ensino das variedades linguísticas, os professores têm ciência da significância deste conteúdo e lutam contra seus próprios preconceitos e os arraigados na escola e, conseqüentemente, na sociedade, pois apesar das discussões acerca da diversidade, o estudo da gramática desarticulado das práticas linguísticas, insiste em permanecer soberano nas aulas de Língua Portuguesa. E em muitas escolas as reflexões a respeito deste assunto continuam sendo uma afronta e ameaça ao conhecimento da língua (PCNs, 2006, p. 20).

O fato é que a diversidade linguística a cada dia vem conquistando espaço nas aulas de Português; sinal de progresso, sensibilidade e responsabilidade de seletos professores no tratamento com a língua materna. Para tanto, vale ressaltar a necessidade de um crescente diálogo e formação continuada aos docentes para levar avante as discussões linguísticas, um ensino menos penoso e mais prazeroso ao aluno, que possibilite, além de habilidades comunicativas, a minimização de conflitos e preconceitos.

3.2 QUANTO AOS RECURSOS USADOS PARA ABORDAR O TEMA

No que se referem aos recursos usados pelos professores em suas abordagens em sala de aula, verificamos que há diversidades quanto à escolha dos materiais selecionados. *A pergunta realizada foi: Que material você utiliza para discutir o tema?*

P 01 ... Para o ensino fundamental trabalho com charges, quadrinhos, músicas, para o ensino médio textos, músicas e dramatizações.

P 08 ... Revistas em quadrinhos, telenovelas, conversas informais.

P 09 ... A própria linguagem do aluno. Escolho uma palavra ou frase e passo a usar uma abordagem qualitativa.

P 03 ... O livro didático, basicamente.

Sabemos que a metodologia utilizada em sala pelos professores para ministrar suas aulas é uma das principais ferramentas que os mesmos têm para dar à educação a qualidade tão almejada por todos. É inquestionável que a diversidade de recursos e suas utilizações de forma adequada muito contribuem para aprendizagem dos discentes e cabe ao professor selecionar os melhores recursos para trabalhar em determinada turma, considerando a realidade da mesma, o contexto social dos alunos e a especificidade de cada série.

Assim, analisando as respostas dos professores percebe-se que os mesmos se diferenciam em suas práticas pelos recursos que priorizam para o ensino da diversidade linguística. Os professores **P 01** e **P 08** adotam uma prática alicerçada nos gêneros textuais como: telenovelas, charges, músicas, etc., sendo que o **P 01** seleciona os gêneros considerando a modalidade de ensino, uns específicos ao ensino fundamental e outros ao ensino médio. Já o **P 09** parte da própria linguagem do aluno para uma abordagem sistematizada do tema. Por sua vez, o **P 03** se vale mais especificamente do livro didático para realizar suas reflexões. Outro recurso importante é a diversidade textual que existe fora da escola que pode e deve estar a serviço do ensino para o alargamento do conhecimento linguístico do aluno (PCNs, 2000, 3º e 4º ciclos).

Sem dúvida nenhuma, os gêneros textuais, a fala dos alunos e o livro didático mencionados nas respostas acima são recursos riquíssimos para se trabalhar a diversidade linguística, desde que sejam explorados de forma adequada, e é claro que os docentes não podem se prender somente a um ou outro recurso, a diversidade de materiais é importante para um ensino efetivo, mas o professor tem que ter discernimento em suas escolhas.

3.3 REAÇÃO DO PROFESSOR E DOS ALUNOS FRENTE AO TEMA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

As transcrições de **P 02**, **P 05** e **P 08** referem-se à reação dos professores diante do tema variação linguística. **P 04**, **P 07** e **P 10** são falas de professores, discorrendo sobre a reação dos alunos frente a esse tema. As perguntas foram: *Como você reage frente à linguagem não padrão usada no ambiente escolar? Qual é a reação dos alunos frente às aulas sobre variação linguística?*

P 02 ... Procuo demonstrar a quem a utiliza as instâncias pertinentes a cada modalidade.

P 05 ... Normal, pois é por meio desse nível de linguagem que podemos trabalhar a linguagem padrão, contrapondo, assim, as diferenças entre os dois níveis.

P 08 ... Naturalmente, pois a língua não padrão é apenas uma variação da língua portuguesa.

P 04 ... Reagem de forma natural e atenta, por vezes até se identificam com os exemplos trabalhados em sala de aula.

P 07 ... Geralmente surgem as curiosidades, querem saber a maneira correta dessas variações, o porquê de elas existirem, o falar “certo” e o falar “errado”, mas o melhor de tudo é o entendimento que muitos trazem a respeito desse tema, como no caso do certo e do errado, para muitos desses alunos hoje, já existe a compreensão do falar “diferente”.

P 10 ... Sem espanto ou preconceito, mas sempre que possível corrijo o falante sem constrangê-lo.

A variação linguística tem sido muito discutida em alguns setores da sociedade, mas ainda hoje por várias razões muitas pessoas desconhecem ou não aceitam a sua ocorrência dentro dos sistemas linguísticos. Ao questionarmos sobre tal tema queríamos verificar a posição dos professores e dos alunos diante deste fenômeno.

Observando as respostas, podemos dizer que o **P 08** entende a variação linguística como uma variação da língua; **P 02** como uma modalidade e o **P 05** como um nível de linguagem. Guardada a diferença vocabular, os professores conhecem a importância da variação para a língua e os dois últimos como afirmam fazem uso desse conhecimento para esclarecer aos falantes as características que

particularizam as referidas variações.

Quanto aos alunos, segundo o **P 04** a variação é vista de forma natural e por vezes se identificam com os exemplos expostos, na verdade isso ocorre devido ao contexto social no qual vivem, pois se os mesmos convivem com pessoas que fazem uso de uma variação linguística particular, com certeza aprenderão em suas práticas comunicativas a utilizar tal variação, daí a reação de naturalidade como explica o professor.

P 10 também afirma que os alunos reagem sem espanto ou preconceito, mas também coloca que os corrige, sem constrangê-lo, não sabemos que método o professor usa para ter êxito em sua afirmação, mas esclarecer aos alunos as adequações da língua aos diversos contextos seria uma boa alternativa para compreenderem e serem capazes de usar a variação de acordo com o contexto linguístico que estão inseridos.

3.4 O LIVRO DIDÁTICO E O PROFESSOR: USO E POLÊMICA

Nos últimos vinte anos os livros didáticos de Língua Portuguesa têm avançado muito na inclusão de novas abordagens em educação linguística. Entretanto, o tratamento dado à variação linguística ainda não se encontra em um estágio satisfatório.

A maioria dos livros didáticos elege pelo menos um capítulo para abordar as diferentes variedades da língua; quase sempre eles trazem alguns conceitos sociolinguísticos, tipos de variações e textos que exemplificam o tema. As atividades, geralmente, restringem-se a leitura de textos que trazem a fala de pessoas da zona rural, de tirinhas do Chico Bento, de músicas do Luiz Gonzaga e Adoniran Barbosa, poemas de Patativa do Assaré, etc., (BAGNO, 2007, p. 140). Lançado mão desses recursos, alguns professores, após fazer uma explanação do que é variação, criticam a variedade coloquial, além de deixar evidente a existência da norma culta “certa” e “bonita” e da norma coloquial

“errada” e “feia”, pedem em seguida ao aluno que reescreva trechos desta norma para aquela²⁶ e classifique-os em cultos ou coloquiais; por aí finalizam o conteúdo e só voltam a dispor aos alunos no dia da avaliação, usando esses mesmos critérios linguísticos, novamente com trechos de textos para serem classificados em culto ou coloquial e na ocorrência da linguagem coloquial para ser reescrito à norma de prestígio.

Vale ressaltar que o livro didático tem sido para muitos professores o principal recurso didático na sala de aula. Por isso mesmo é preciso cuidado, conhecimento e compromisso dos autores na elaboração desse recurso.

Comprovações autênticas da presença do livro didático nas aulas de Língua Portuguesa são as amostras a seguir. As três primeiras respondem a pergunta: *Você usa o livro didático em suas aulas de língua portuguesa?* E as três últimas referem-se à seguinte pergunta: *Você tem acompanhado as discussões sobre o assunto variação linguística, principalmente no que se refere à polêmica do livro didático? Qual é o seu posicionamento?*

P 01 ... SIM, no ensino fundamental e médio. Até porque a maioria dos livros trabalham com questões linguísticas.

P 05 ... Sim, apesar do livro didático ser produzido a um público fora da realidade regional e local.

P 09 ... Sempre. Pois gosto de acompanhar a leitura e a interpretação de textos.

²⁶ Esse tipo de atividade revela preconceito. Ver Bagno (2007) e Antunes (2007).

P 02 ... Infelizmente, pouco soube dessa discussão. Contudo, do pouco que soube, não pude concordar com a adoção do mau uso da língua, dito - agora - certo. A discussão não é sobre “certo x errado”, mas sobre “padrão x não-padrão”.

P 06 ... Sim, como estudante e conhecedora dessas questões não vejo que a professora tenha se equivocado em sua abordagem. Penso que ela deixa uma “brecha” para que as discussões linguísticas saiam das salas de aulas do professor de Português e dos Cursos de Língua Portuguesa e entrem em outras áreas. Talvez assim, o nosso país deixe de ser tão elitista.

P 09 ... Sim. O livro didático é apenas um suporte para as aulas do professor, ele tem que mostrar uma abordagem estatística no estudo da variação linguística, porque existem na sala de aula, diferentes falares.

Os três professores que responderam a pergunta 05 foram unânimes em dizer que usam o livro didático. Eles expuseram motivos para tal uso, seja porque os livros trabalham as “questões linguísticas”, seja porque o professor gosta de “acompanhar a leitura e a interpretação de textos”. E mesmo que não atenda à realidade de determinados lugares, ainda assim é usado pelo professor.

Como se vê, o livro didático está popularizado nas escolas. Seu uso cresce exponencialmente, muitas são as editoras que o produzem e após serem aprovadas pelo PNLD – Plano Nacional do Livro Didático do MEC, avaliado pelos professores das escolas e feito os acordos com as Secretarias Estaduais e Municipais, finalmente chegam às escolas.²⁷

Quando enfatizamos que na elaboração do livro didático muitos são os critérios a serem observados, estamos almejando ao ensino de língua pertinências que colaborem para ampliação dos conhecimentos linguísticos. E somado a isto, o PNLD assume a responsabilidade de disponibilizar aos cidadãos livros atualizados que contemplem de forma clara as abordagens em voga.

Foi exatamente o que aconteceu com o Livro por Uma Vida Melhor, pertencente à Coleção Viver e Aprender. Após ter sido aprovado pelo PNLD, não foi aceito pela Imprensa brasileira, por alguns

²⁷ Sabe-se que nem sempre os livros avaliados pelos professores são exatamente os que chegam às escolas. Os outros critérios utilizados não convêm observar.

professores e pela maioria dos gramáticos. Foi perguntado aos professores se eles acompanharam essa polêmica, eles responderam que sim. Fizemos questão de conhecer seus posicionamentos, haja vista serem estes defendidos na sala de aula. **P 02** diz não concordar com a “adoção do mau uso da língua”, dito - agora - “certo”; defende que a discussão é sobre “padrão x não-padrão”. Portanto, entendemos que seu posicionamento contraria a abordagem defendida no livro *Por uma Vida Melhor*.

Por um lado, **P 06** e **P 09** mostram-se consonantes as abordagens do livro, pois, na opinião deles, é uma forma do tema variação linguística ser conhecido por todas as camadas sociais, no intuito de diminuir as diferenças socioculturais e chamar a atenção para a existência os diversos falares, inclusive os existentes dentro da própria sala de aula.

3.5 QUANTO AO USO DO LIVRO DIDÁTICO “POR UMA VIDA MELHOR”

Após toda a polêmica que houve em torno deste livro, perguntamos aos professores se trabalhariam ou não com o “*Por Uma Vida Melhor*”?

P 03 ... Com certeza. Todavia, isso não significa um vale tudo. É necessário que o professor de língua portuguesa, inclusive nas séries iniciais, conheça com propriedade os assuntos em questão. Conheça as teorias sobre escrita e oralidade, por exemplo. Só assim é possível usar tais livros, caso contrário, será um Deus que nos acuda.

P 07 ... Usaria sim, com algumas ressalvas, exatamente para explicar aos alunos a variação linguística e a modalidade formal da língua, como realizar o procedimento dito “correto” aceito pela linguagem formal.

P 08 ... Sim, mas chamaria a atenção da turma para as diversas formas de concretização da linguagem em situações de uso.

Como notamos, os professores foram unânimes ao dizer que sim,

que usariam o livro “Para uma Vida Melhor” em suas práticas educativas, desde que algumas medidas fossem esclarecidas. Segundo o **P 03** o professor tem que ter o conhecimento das questões que envolvem a leitura e a escrita, só assim poderá fazer uso de forma adequada do livro, ou seja, sem um embasamento dessas instâncias que constituem a língua: oralidade e escrita seria um “Deus nos acuda o uso do livro”.

P 07, por sua vez usaria livro como recurso para abordar com os alunos as questões relacionadas à variação linguística, assim teria um subsídio para explicar as modalidades linguísticas, principalmente a formal e entraria na polêmica do que é aceito como “certo” para a língua padrão, o que foi alvo de tantas discussões. Já o **P 08** teria o cuidado de explicar aos alunos que a língua, dependendo da situação na qual o falante esteja inserido, pode admitir diversas formas para sua plena efetivação.

Percebe que os professores têm a preocupação ao usar o livro de não cometerem equívocos em suas abordagens, pois partindo dos relatos dos mesmos podemos afirmar que não estão de acordo com a posição que a mídia propagou a de que o livro estaria ensinando os alunos a “falar errado”, uma vez que sendo usado de forma adequada auxiliaria os alunos ao entendimento de várias questões que envolvem a nossa língua, principalmente as que se referem à variação linguística, língua padrão e não padrão, o “certo” e o “errado” para a norma padrão, enfim, o livro é um material rico para ser explorado em sala e talvez com ele se possam amenizar preconceitos enraizados em nosso país.

3.6 O ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA E NO AMBIENTE ESCOLAR

No capítulo II, baseado em Labov (1983), enfatizamos que a diversidade linguística é própria a todas as línguas do mundo. É previsível e inevitável; consequência das atividades sociais, culturais e ideológicas. Mas para se entender esse comportamento linguístico,

necessita-se de pesquisa e estudo a fim de se evitar a exclusão social. E a escola, por ser uma instituição importante na defesa dos direitos humanos, é o lugar mais apropriado para asseverar as reflexões a respeito da variação, tendo em vista que no próprio domínio escolar as diferenças são visíveis, pois os papéis sociais que cada pessoa assume são múltiplos (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 25).

Nessa perspectiva, é função da escola, principalmente do professor de Língua Portuguesa, ampliar a competência comunicativa dos alunos, cultivando o apreço e o acolhimento pela diversidade. Para muitos professores o trabalho com a variação linguística na sala de aula e nas dependências escolares tem sido um grande desafio; falta-lhes conhecimento científico necessário, metodologias adequadas e coragem para suscitar debates, talvez por isso às atividades restrinjam-se mais a sala de aula, conforme nos informa os escritos dos professores:

P 01 ... Na escola em que trabalho o assunto faz parte do conteúdo programático do ensino fundamental e médio.

P 06 ... Sempre que necessário. Quanto ao ambiente escolar, as discussões ainda são poucas, quase inexistentes.

P 10 ... O necessário. Os próprios alunos, alguns que vêm de lugares diferentes da nossa cultura, contribuem, por meio de seus falares heterogêneos, para que se discuta esse tema, através de palestras, conversas e seminários.

Percebendo a importância científica e social da variação linguística os professores levam as discussões até seus alunos no âmbito da sala de aula, mas no que concerne ao ambiente escolar como um todo, necessita-se da promoção de eventos voltados para a diversidade. A fala do professor **P 01** evidencia que o tema faz parte do conteúdo programático do ensino fundamental e médio, porém ele não comenta sobre o espaço a isso dedicado, assim subentende-se que a variação linguística presta-se mais a “enfeitar papel”.

Apesar da falta de envolvimento de alguns docentes de Língua Portuguesa no tange à variação, sabemos que são eles os profissionais da área da linguagem, obviamente estão ou deveriam estar mais

comprometidos com questões linguísticas, trabalhando-as em sala de aula e expandindo-as ao âmbito escolar por meio de projetos e ações, haja vista que neste ambiente “as discussões são poucas ou quase inexistentes” (P 06). Toda a comunidade escolar tem o direito e o dever de participar de atividades sócio-educativas, conforme sugere P 10, que valorize a diversidade e o respeito pelo outro, objetivando a formação de cidadãos críticos e humanos.

Essa formação torna-se cada vez mais indispensável; nossos alunos necessitam de um ambiente que favoreça o crescimento não só intelectual, mas moral e ético, comprometido com a valorização da cidadania. Se almejarmos ao ensino de língua materna estes propósitos, devemos nos apoiar em uma pedagogia de ensino que ajude o falante a ser competente nos diversos modos linguísticos, alargando as reflexões para além da sala de aula, “aí a variação campeia” e nos oferece excelentes possibilidades de interações e estudos (ANTUNES, 2007, p. 106).

3.7 O ENSINO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Ao serem indagados sobre o ensino da variação na contemporaneidade, os professores foram categóricos em afirmar que existe um *déficit* em conhecimento e ações neste campo linguístico. Certamente falta ao professor e à escola um projeto de ensino interessante, que norteie e provoque curiosidades, anseios, descobertas, etc., a respeito dos comportamentos sociolinguísticos. As falas dos professores abaixo citadas atualizam-nos quanto ao ensino da variação linguística.

P 02 ... É abordado, mas necessita de mais discussões, estudos, pesquisas, dada a sua grande importância.

P 05 ... Sem direção, porque, hoje, os profissionais da educação não estão preparados para lidar com essa realidade linguística.

P 07 ... Avança em ritmo pouco acelerado apesar do vasto material existente, muitas das vezes também por parte de alguns Educadores, que olham a Variação Linguística com certo preconceito linguístico. Mas observo também o esforço dos professores de língua que viabilizem aos alunos esse trabalho específico com a língua, demonstrando que um país miscigenado como o nosso, não poderia ter o uso apenas de um tipo de linguagem, como muitos defendem.

Vale a pena observar na fala do professor **P 02** a ausência de práticas significativas que elenquem os fatos linguísticos sistematicamente. A variação nas palavras dele é abordada, todavia de forma estrita, reducionista, isto é, sem criar condições para se ampliar debates, confrontar opiniões, descobrir fatos, evitar preconceitos, etc. Há de se considerar que os professores encontram-se em meio a muitas contendas, todas elas defendidas sobre óticas diferentes, isso, de certo modo, os deixa inseguros e o medo de errar gera o fracasso e a falta de perspectivas, que leva o professor a evitar o ensino da variação linguística. Por outro lado, ninguém está isento do erro, por mais estudado que seja; deixar de ensinar um tema tão importante por essa razão é negar ao aluno a possibilidade de conhecer com profundidade o seu idioma, além de demonstrar o despreparo do professor.

Por falta de conhecimento, entraves ou negligências, o ensino da variação encontra-se “sem direção” (**P 05**), apesar do desenvolvimento dos estudos linguísticos nos últimos anos. Há de se considerar ainda que os PCNs tendem a provocar uma mudança positiva na qualidade do ensino de Língua Portuguesa na escola; no entanto, ainda não se observa uma amplitude tal que, na prática, tenha surtido o efeito desejado: a escola ainda não vem alcançando a eficiência esperada a partir dos objetivos preconizados nos PCNs. No entanto, mudanças no ensino de língua estão vagarosamente surgindo e isso nos dá a esperança de que dias melhores estão por vir: o ensino da gramática normativa vem cedendo espaço a outras concepções que preveem o estudo da língua sob a ótica das variedades linguísticas.

Se os professores estão despreparados para lidar com a

diversidade linguística como sugere **P 05** não nos desesperemos, pois temos visto uma leva de professores frequentando cursos de formação continuada e provavelmente terão acesso a esse conhecimento linguístico, que, sem dúvida não é suficiente, mas aliado à boa vontade e ao apoio da comunidade escolar poderão alterar essa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido começou com a intenção de entender a relação existente entre língua e sociedade. Para tanto se fez necessário ater-se a leituras de autores imbuídos no estudo da sociolinguística, da variação linguística e do ensino de língua materna.

Houve essa necessidade, porque nossa proposta centrou-se em verificar a variação linguística e o reflexo de suas abordagens para o ensino de língua materna, pois muitos são os comentários acerca desse tema e isso tem provocado certos conflitos, distorções, preconceitos, etc., gerando, por vezes, impasses e mal entendidos à prática pedagógica de professores de Língua Portuguesa.

Tudo isso caminha num processo que se mostra ininterrupto, já que a sociedade convive com a dinâmica da diversidade, forçando a educação a qualificar-se para desenvolver um diálogo transparente com o mundo contemporâneo. Obviamente que a língua enquadra-se na realidade social da diversidade e por isso mesmo deve ser ensinada pressupondo a contextualização da prática discursiva sociointeracional.

Parece-nos que essa tem sido uma das dificuldades enfrentadas pelo professor de Língua Portuguesa, que ao concluir o Curso de Letras ingressa no mercado de trabalho e passa a integrar um sistema educacional – seja na rede pública e ou particular – fortemente fincado na tradição, o que significa, no tocante ao ensino de língua, uma adesão

às práticas cristalizadas de ensino de gramática.

Apesar do contato com as teorias linguísticas, que circulam principalmente nas Universidades, os professores pouco têm modificado sua prática escolar, por vezes até hesitam em levantar comentários a temas ditos polêmicos, posto que ele se sente intimidado ou até mesmo despreparado para, sozinho, afrontar uma tradição milenar de ensino de língua e suportar as pressões sociais de pais, diretores e coordenadores de escolas, gramáticos, concurso vestibulares, etc. Esse dilema vivido pelo professor dificulta o avanço no ensino da variação linguística e, conseqüentemente, empobrece as aulas de língua materna, deixando o aluno sem a possibilidade de ver a sua realidade sociolinguística como objeto de estudo na sala de aula.

Vimos por meio das reflexões realizadas a relevância das variedades linguísticas na constituição de um idioma; elas circulam no meio social e fazem parte das comunidades de fala. Uma variedade é assimilada na vivência do que se é exposto e não é deturpação da língua “comum”. Pensar que a diferença linguística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão e do bloqueio ao acesso a bens sociais. Trata-se sempre de impor a cultura dos grupos detentores do poder aos outros grupos – e a língua é um dos comportamentos do sistema cultural.

Como na língua reflete a presença do pluralismo sócio-histórico-cultural, buscamos conhecer, por meio dos questionários aplicados, o entendimento e o tratamento que por eles está sendo dado ao fenômeno da variação linguística no ensino de língua. Com as práticas reveladas nos questionários pelos dez informantes, sugerem que a variação linguística começa a adentrar os ambientes escolares, seja por meio do livro didático ou mesmo pela atitude pedagógica dos professores.

Alguns professores, em certos momentos de suas falas, parecem estar sintonizados com as mais inovadoras teorias sociolinguísticas, mas, ao realizar a sua prática docente, não lançam mão de recursos autênticos, como adverte Bagno (2007). Por isso é fundamental que o

docente de Língua Portuguesa assuma a alteração do paradigma que ainda vem vigorando, porque a escola parece continuar ignorando as variedades linguísticas, prestigiando a norma culta, delegando professor papel de “caçar” erros gramaticais, o que é inconcebível em uma sociedade que se pretenda desenvolvida.

Os professores mostraram-nos indícios de que o ensino de nosso idioma vem ganhando vagarosamente novos enfoques. Os usos da língua e suas aplicações práticas começam a ser contemplados nas aulas de alguns professores, o que é plausível, pois ajuda o aluno a se tornar proficiente no uso de sua própria língua nos diversos processos de interação social. Dessa maneira, após conhecer o espaço que o ensino de variação linguística ocupa no ensino de língua materna nos instiga na busca de novas reflexões e contribuições de forma a dar às variedades sociolinguísticas o tratamento necessário, que, por conseguinte, implique na melhoria da qualidade de ensino de nossa língua mãe.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, T. Sociolinguística — Parte I. In MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ANTUNES, I. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. Parábola, 2003.
- _____. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- _____. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Ed. Parábola, 2002.
- _____. (Org.). **Norma linguística**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- BERNSTEIN, Brasil (1975). **Langages et classes sociales**. Paris. Les Editions de Minuit. Trad. De original inglês de 1971.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de livros didáticos PNLD 2008: Língua Portuguesa / Ministério da Educação. — Brasília: MEC, 2007.
- CAGLIARI L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.
- CALLOU, D. Caminhos e perspectivas da Dialectologia e Sociolinguística no Brasil: variação e ensino. IN: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Diversidade linguística e ensino** (org.) Salvador: EDUFBA, 1996.
- CALVET, L-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo, Parábola, 2002.

CAMACHO, R. Sociolinguística - Parte II. In MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.

CARDOSO, S. A. M. Perspectiva para a dialetologia no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Diversidade linguística e ensino** (org.) Salvador: EDUFBA, 1996.

ELIA, S. **Sociolinguística. Uma introdução**. Rio de Janeiro: Padrão, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1987.

FARACO, C. A. “Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós”. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 37-41.

LUCHESE, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 63-92.

_____. Variação, mudança e norma: (movimento no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 291-316.

LUFT, P. C. **Língua & Liberdade: por uma nova concepção da língua materna**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003 [1985].

MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. Trad. de J. Morais-Barbosa. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1964. (ELG)

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio/Parte II – **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

MOLLICA, M. C e BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOURA, D. (org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 1. São Paulo: Cortez, 2004.

PESSOA, M. S. **Sociolinguística aplicada ao ensino/aprendizagem de língua portuguesa** - (GEPS – UNIR – Campus de Vilhena).

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de letras, 1996.

PRETI, D. **Sociolinguística: os níveis de fala**. São Paulo: Edusp, 2000.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. 2005. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação Linguística, Mídia e Preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SIGNORINI, I. “Por uma teoria da desregulamentação linguística”. In: BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002, p. 93-125.

SILVA, R. V. M. Variação, Mudança e Norma: movimentos no interior do português brasileiro. IN: CARDOSO, S. A. M. **Diversidade linguística e ensino** (org.) Salvador: EDUFBA, 1996.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 1998.

_____. **Linguagem e escola - uma perspectiva social**. S. Paulo; Ática, 1986.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo, Ática, 1990.

_____. (org.) **Fotografias sociolinguísticas**. São Paulo, Ática, 1990.

_____. **Tempos linguísticos: Itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo, edition. Harmondsworth, Penguin Books, 1983.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus**. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. PISA, o que é? Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldport07.pdf>. Acesso em 15 de jun. 2022.

Aceitam tudo. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5137669-EI8425,00-Aceitam+tudo.html>. Acesso em 19 de jul. 2022.

Polêmica ou ignorância? Discussão sobre livro didático só revela ignorância da grande imprensa. Disponível em: <http://marcosbagnos.com.br/site/>. Acesso em 20 de jul.2022.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO

1. Você aborda em suas aulas de língua portuguesa o tema variação linguística?
2. Que material você utiliza para discutir o tema?
3. Como você reage frente à linguagem não padrão usada no ambiente escolar?
4. Qual é a reação dos alunos frente às aulas sobre variação linguística?
5. Você usa o livro didático em suas aulas de língua portuguesa?
6. Você tem acompanhado as discussões sobre o assunto variação linguística, principalmente no que se refere à polêmica do livro didático? Qual é o seu posicionamento?
7. Em suas aulas você usaria esse material didático? Que procedimentos você adotaria?
8. Que espaço tem para discussão o assunto variação linguística em suas aulas de língua portuguesa e em seu ambiente escolar?
9. Como você verifica o ensino da diversidade linguística na contemporaneidade?

PAULO SANTIAGO DE SOUSA

Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa – Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Araraquara. Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia – Universidade Federal do Para (UFPA), licenciado em Letras (UFPA). Tem interesse por pesquisas em Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Sociolinguística. Atualmente é professor substituto de Linguística e Língua Portuguesa (UFPA), *Campus* de Bragança.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: ABORDAGENS ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA



Home Editora

CNPJ: 39.242.488/0002-80

www.homeeditora.com

contato@homeeditora.com

9198473-5110

Av. Augusto Montenegro, 4120 - Parque Verde, Belém - PA, 66635-110

